



APENAS O PRIMEIRO PASSO

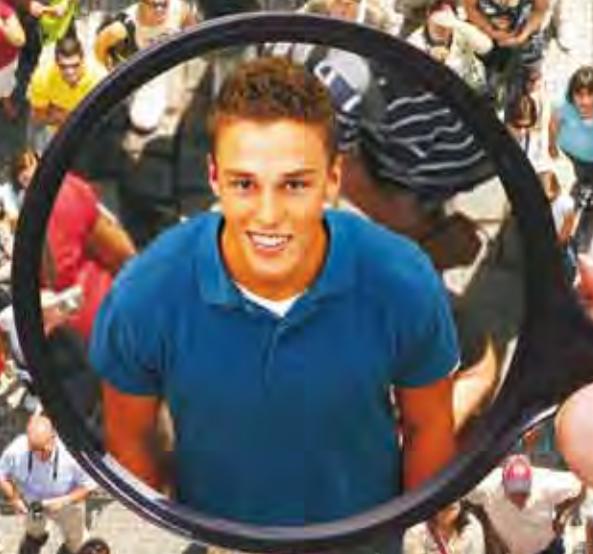
Nova política industrial incorpora avanços em relação ao passado recente, mas precisará ser reforçada de forma mais vigorosa para que a indústria consiga recuperar seu dinamismo

ENTREVISTA

O Plano Brasil Maior foi apenas um bom começo e terá de agregar novas medidas, de caráter mais estruturante, defende Robson Braga de Andrade, presidente da CNI



**A ferramenta certa
facilita o resultado.**



O profissional que você procura está aqui. Cadastre as vagas de sua empresa no **Banco de Oportunidades de Emprego**, mais um serviço com a qualidade IEL que irá colocá-la em sintonia com mais de 13 mil trabalhadores em todo o Estado.

Ative o cadastro ou inscreva sua empresa gratuitamente pelo site
www.ielgo.com.br/emprego

Informações: (62)3216-0300



“Perdeu-se, também, a oportunidade de começar a rever os pesados tributos incidentes sobre a energia elétrica, que torna a tarifa brasileira uma das mais caras do mundo”

Pedro Alves de Oliveira

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás



POR ENQUANTO, O PONTAPÉ INICIAL

Enquanto a indústria e a própria economia nacional vivem a expectativa do Plano Brasil Maior, lançado no princípio de agosto pela presidente Dilma Rousseff, um de seus benefícios muito interessa a Goiás. Se aqui vários setores industriais, sobretudo a construção civil, em franco processo de crescimento, se defrontam com carência de mão de obra, graças a ele o BNDES vai financiar a implantação, expansão e modernização de escolas de ensino profissional, técnico e tecnológico, além de cursos de capacitação, com orçamento de R\$ 3,5 bilhões e vigência até abril 2013.

Junte-se ao PBM o Pronatec, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, anunciado no final de abril deste ano, tramitando agora em regime de urgência no Congresso, e deveremos ter um socorro considerável à formação e ao aprimoramento da mão de obra indispensável à consolidação industrial do País. Por meio dele, o governo pretende investir R\$ 2 bilhões no aumento de cursos de educação profissional, tendo no Senai e no Sesi dois dos principais parceiros do Pronatec. Com financiamento do BNDES, pode o Senai atingir 4 milhões de matrículas anuais até 2014, quase o dobro das efetuadas no ano passado, quando, somente em Goiás, elas passaram de 130 mil.

A **Goiás Industrial** dedica especial atenção ao Plano Brasil Maior, pela sua relevância nas políticas aplicadas no País para dar suporte à indústria brasileira, sitiada pela concorrência internacional. O principal destaque é a entrevista exclusiva com Robson Braga de Andrade, que o analisa com o realismo, a responsabilidade e a credibilidade de presidente da Confe-

deração Nacional da Indústria: “O plano tem várias medidas positivas, que podem, sim, aliviar um pouco a pressão competitiva sobre a indústria. É o caso, por exemplo, da experiência de desoneração da folha de pagamentos em setores de mão de obra intensiva, como móveis, calçados e têxteis, alcançando ainda software. Os tributos sobre a folha de pagamento chegam a 36% e são um dos fatores de maior impacto na redução da competitividade das empresas que operam no Brasil, tanto nas exportações como na competição com produtos importados no mercado interno.”

Para ele, o PBM é o pontapé inicial, o começo de um processo, no qual novas iniciativas são necessárias.

Robson Braga de Andrade cita que faltou no plano, “entre outras iniciativas, a depreciação acelerada, no próprio ano de aquisição, de máquinas, equipamentos e construções industriais para efeito de apuração do Imposto de Renda e da CSLL, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É uma antiga proposta da indústria, que representa instrumento importante na atração de investimento.”

Perdeu-se, também, a oportunidade de começar a rever os pesados tributos incidentes sobre a energia elétrica, que torna a tarifa brasileira uma das mais caras do mundo – três vezes mais elevada do que na França e no Canadá, e o dobro da cobrada na Alemanha, nos Estados Unidos e na Coreia do Sul.

Vários outros aspectos, igualmente impactantes no contexto atual da nossa indústria tão repleta de desafios, são relacionados e discutidos nesta edição.

>> CAPA



26 Ainda aquém dos desafios que a indústria brasileira tem pela frente, o Plano Brasil Maior trouxe avanços em relação às políticas adotadas até então para dar suporte à indústria. Serão necessárias, no entanto, medidas complementares, para que o setor possa retomar a trajetória de crescimento e recuperar a competitividade.

Miguel Ângelo/CNI

>> ENTREVISTA

8 O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defende medidas de maior fôlego, numa linha mais estruturante, para que a indústria reforce sua capacidade de enfrentar a concorrência internacional.



>> SESI GOIÁS

12 Diante da oferta escassa e da crescente necessidade de mão de obra qualificada, empresas goianas, como a Di Paula (foto), decidem investir na melhoria da escolaridade de seus funcionários, em parceria com o Serviço Social da Indústria, que leva adiante, em Goiás, o Programa Sesi Educação do Trabalhador. Entre 2004 e o ano passado, 21 mil foram qualificados.



>> SENAI GOIÁS

15 O Núcleo Integrado Sesi Senai Quirinópolis, a prefeitura local, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Usina Boa Vista, de Quirinópolis, se unem para investir na qualificação profissional da população local (foto), preparando-a para atuar no setor sucroenergético.



>> IEL GOIÁS

18 Em parceria, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e a HSM Educação oferecem em Goiás capacitação de nível internacional para executivos, com foco em resultados, por meio do Programa de Desenvolvimento Empresarial (PDE).

» ICQ BRASIL

22 Empresas que passaram por processos de certificação, com exigências mais rigorosas de padronização de processos e procedimentos, estão mais bem preparadas para adotar práticas e soluções sustentáveis em sua operação diária.



» NEGÓCIOS EXTERNOS

23 Com apoio do Centro Internacional de Negócios da Fieg, empresas goianas internacionalizam suas operações, fechando contratos com indústrias estrangeiras para incrementar os negócios de exportação e de importação.

» FÓRUM DO CENTRO-OESTE

38 O Fórum das Entidades do Setor Produtivo do Centro-Oeste, que realizou em Goiânia sua segunda reunião (foto), avança na construção de uma proposta de programa de desenvolvimento para a região, numa união inédita entre associações e federações da indústria, da agricultura e do comércio de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.



» EMPREGABILIDADE

40 O Fórum de Empregabilidade e Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e/ou Reabilitadas em Goiás deverá ser lançado oficialmente no início de outubro. Seu desafio será vencer preconceitos e criar alternativas para inclusão social e econômica das pessoas com deficiências ou reabilitadas. A iniciativa cria expectativa de avanços, segundo Sandra Catarina Pantaleão (foto), instrutora da Adfego.

» MADE IN GOIÁS

46 A Mult Injet Indústria e Comércio de Embalagens Plásticas Ltda., empresa genuinamente goiana, tem se especializado em explorar, de forma pioneira, nichos de mercado. A indústria, do empresário Mario Drummond (foto), foi a primeira a produzir plástico bolha no Centro-Oeste e, mais recentemente, fechou contrato para fornecer 1,5 milhão de copos para requeijão para a Leitbom, incorporada pela Lácteos Brasil desde dezembro do ano passado.



GOIÁS INDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Edilaine Pazini, Jávier Godinho e Nathalya Toaliari

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvio Simões, Alex Malheiros e Sérgio Araújo

Capa e ilustrações

Gabriel Martins e Chico Santos

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01, Setor Bela Vista (62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

Valéria Aquino (62) 9242-1377 e 8113-3148
valeriaraquino@gmail.com

Fotolito e impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Pedro Alves de Oliveira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO Fone (62) 3219-1300 Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente:

Ubiratan da Silva Lopes

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Pedro Alves de Oliveira

Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves

Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação

Qualidade Brasil

Diretor: Justo O. D'Abreu Cordeiro

Superintendente: Tatiana Jucá

Diretoria da FIEG

Presidente

Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-Presidente

Wilson de Oliveira

2º Vice-Presidente

Eduardo Cunha Zuppani

3º Vice-Presidente

Antônio de Sousa Almeida

1º Secretário

Marley Antônio da Rocha

2º Secretário

Ivan da Glória Teixeira

1º Tesoureiro

André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Tesoureiro

Hélio Naves

Diretores

Segundo Braoios Martinez

Sandro Marques Scodro

Orizomar Araújo Siqueira

Ubiratan da Silva Lopes

Manoel Paulino Barbosa

Robson Peixoto Braga

Roberto Elias de L. Fernandes

José Luis Martin Abuli

Álvaro Otávio Dantas Maia

Eurípedes Felizardo Nunes

Jair Rizzi

Henrique W. Morg de Andrade

Eduardo Gonçalves

Leopoldo Moreira Neto

Flávio Paiva Ferrari

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Ledra

Daniel Viana

Oswaldo Ribeiro de Abreu

Elvis Roberson Pinto

Eduardo José de Farias

Valdenício Rodrigues de Andrade

Ailton Aires de Mesquita

Hermínio Ometto Neto

Carlos Alberto Vieira Soares

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

Josélio Vitor da Paixão

Jaime Canedo

Conselho Fiscal

Justo O. D'Abreu Cordeiro

Laerte Simão

Mário Drummond Diniz

Conselho de Representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro

Conselho de

Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Ailton Aires Mesquita

Alyson José Nogueira

Álvaro Otávio Dantas Maia

Ananias Justino Jaime

Aurelino Antônio dos Santos

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Queiroz de Paula e Silva

Carlos Roberto Viana

Cyro Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo Gonçalves

Elvis Roberson Pinto

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Gilberto Martins da Costa

Henrique Wilhelm Morg de Andrade

Hermínio Ometto Neto

Hélio Naves

Heribaldo Egidio

Jaime Canedo

Jair Rizzi

Jairo França

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

José Alves Pereira

José Antônio Vitti

José Batista Júnior

José Divino Arruda

José Luiz Martin Abuli

José Romualdo Maranhão

José Vieira Gomide Júnior

Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Ledra

Luiz Rézio

Manoel Silvestre Álvares da Silva

Marley Antônio Rocha

Marcelo José Carneiro

Moacyr Rabello Leite Neto

Nilton Pinheiro de Melo

Orizomar Araújo de Siqueira

Pedro Alves de Oliveira

Pedro Daniel Bittar

Pedro de Souza Cunha Júnior

Pedro Silvério Pereira

Plínio Boechat Lopes

Ricardo Araújo

Roberto Elias de Lima Fernandes

Robson Peixoto Braga

Rodolfo Luis Xavier Vergílio

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Vice-Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Aurelino Antônio dos Santos

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente

Célio de Oliveira

Vice-Presidente

Álvaro Otávio Dantas Maia

Conselho Temático de Política Fiscal e Tributária

Presidente

Eduardo Zuppani

Vice-Presidente

José Nivaldo de Oliveira

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Vice-Presidente

Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente

Leopoldo Moreira Neto

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Sousa Almeida

Vice-Presidente

Rosana Gedda Carneiro

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente

Igor Montenegro

Vice-Presidente

Ananias Justino Jaime

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Emílio Bittar

Vice-Presidente

José Carlos de Souza

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

André Lavor Pagels Barbosa

Vice-Presidente

Thomaz Antônio Pompeo de Pina

Rede Metrológica Goiás

Presidente

Marçal Henrique Soares

Câmara Setorial de Mineração

Presidente

José Antônio Vitti

Vice-Presidente

Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Orlando Alves Carneiro Júnior
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAFÉ
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Roberto Viana
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO
Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Elvís Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143
Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3623-0591

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462 contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO
Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177 contato@sinduscongoidas.com.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Ananias Justino Jaime
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: Ailton Aires Mesquita
Telefone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS
Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Silvério Pereira
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmouveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Jaime Canedo
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇUCAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br**

SIAA
Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
Presidente: Valdenício Rodrigues de Andrade

SIMEA
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDICER
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

SINDIFARGO
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Marçal Henrique Soares

SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 35 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

UM BOM COMEÇO

Apresentado ao País no início de agosto, o Plano Brasil Maior certamente representou avanço em relação às políticas aplicadas até aqui, no País, para dar suporte ao setor industrial, avalia o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, nesta entrevista à **Goiás Industrial**. Foi um bom começo, sem dúvida, mas que exigirá esforços adicionais para conferir à nova política industrial caráter mais “estruturante” e de prazo mais longo, acrescenta Braga. “As medidas não são suficientes, tamanha a perda de competitividade da indústria, agravada pela valorização cambial e por poucos avanços no ambiente institucional”, adverte.



Goiás Industrial – O governo lançou, no dia 2 de agosto, o Plano Brasil Maior, que contempla, originalmente, um pacote com 35 medidas destinadas a estimular os investimentos e combater os efeitos negativos do câmbio valorizado sobre a indústria. Como o setor industrial recebeu o plano e qual a avaliação geral da CNI a respeito das medidas anunciadas?

Robson Braga de Andrade – O plano tem várias medidas positivas, que podem, sim, aliviar um pouco a pressão competitiva sobre a indústria. É o caso, por exemplo, da experiência de desoneração da folha de pagamentos em setores de mão de obra intensiva, como móveis, calçados e têxteis, alcançando ainda software. Os tributos sobre a folha de pagamento chegam a 36% e são um dos fatores de maior impacto na redução da competitividade das empresas que operam no Brasil, tanto nas exportações como na competição com produtos importados no mercado interno.

Mas as medidas não são suficientes, tamanha é a perda de competitividade da indústria, agravada pela valorização cambial persistente e por poucos avanços no ambiente institucional. Espe-

ro que o plano tenha sido o pontapé inicial, o começo de um processo. Novas iniciativas são necessárias.

Goiás Industrial – Essas medidas serão suficientes para que o País eleve sua taxa de investimento fixo em relação ao PIB de 18,4% para 22,4% até 2014 e, ao mesmo tempo, consiga ampliar o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento de 0,50% para 0,90%, expandindo, ainda, a fatia do País nas exportações mundiais de 1,36% para 1,60%? Essas metas não parecem tímidas para uma economia que, supostamente, deveria investir em torno de 28% do PIB para assegurar taxas sustentáveis de crescimento superiores a 5% ao ano?

Andrade – Pelo contrário. Não são metas tímidas, mas desafiadoras. Por exemplo: ampliar o investimento fixo para 22,4% do PIB em 2014, como você menciona, é factível, mas exigirá que a relação investimentos/PIB cresça quatro pontos percentuais entre este ano e 2014. Para efeito de comparação, entre 2004 e 2010 a média de crescimento dos investimentos em relação ao PIB foi de 0,4 ponto percentual por ano. Considerando um cenário de crescimento médio do PIB de 4,5% no período 2011-2014, os investimentos fixos deveriam se expandir à taxa de 10% ao ano para o cumprimento da meta do governo. A CNI estima crescimento de 8,5% nos investimentos e de 3,8% para o PIB em 2011. Se essa estimativa se confirmar, os investimentos alcançariam 19,3% do PIB no fim do ano, o que representa acréscimo de 0,9 ponto percentual, já um pouco abaixo da média de um ponto percentual ao ano para que a meta governamental seja alcançada.

Goiás Industrial – A presidente Dilma Rousseff, em seu discurso, deixou claro que esse seria apenas um primeiro passo. Quais medidas a indústria acredita que deveriam ser agregadas ao plano?

Andrade – Em mais um exemplo, faltou no plano, entre outras iniciativas, a depreciação acelerada integral, no próprio ano de aquisição, de máquinas, equipamentos e construções

industriais para efeito de apuração do Imposto de Renda e da CSLL, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É uma antiga proposta da indústria, que representa instrumento importante na atração de investimentos. O custo fiscal da medida é reduzido e transitório, pois se trata de antecipação de dedução, que será recuperada nos anos posteriores. Perdeu-se a oportunidade, também, de começar a rever os pesados encargos incidentes sobre a energia elétrica, que tornam a tarifa brasileira uma das mais caras do mundo – três vezes mais elevada do que na França e no Canadá e o dobro da cobrada na Alemanha, nos Estados Unidos e na Coreia do Sul. Poderia, ainda, ter iniciado o processo de transferência à iniciativa privada, por meio de concessões, da gestão dos portos públicos como forma de modernizá-los em padrões internacionais. Portos ruins e energia cara, sabemos, minam consideravelmente nosso poder de concorrência. O plano poderia ter contemplado, enfim, providências de caráter mais estruturante.

Goiás Industrial – Entre as medidas do plano, o governo anunciou a criação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que prevê a devolução em espécie de 0,5% a 3% sobre o valor das exportações de manufaturados a título de compensação pelos tributos cobrados ao longo da cadeia. Prevê-se a devolução de R\$ 7,0 bilhões até dezembro de 2012. Como funcionará essa devolução?

Andrade – A devolução poderá ocorrer também na compensação com débitos tributários federais ou em espécie. O governo definirá o percentual de restituição, que pode variar de acordo com o setor econômico e a atividade exercida. A medida tem vigência imediata e terá duração até dezembro de 2012. Os pagamentos

“A nova política industrial introduz uma nova visão estratégica, a de estimular a produção de bens com maior valor agregado obtido internamente e com conteúdo de inovação”



“Faltou no plano, entre outras iniciativas, a depreciação acelerada integral, no próprio ano de aquisição, de máquinas, equipamentos e construções industriais”

começarão a ser feitos em 90 dias. O Reintegra contribui para o aumento da competitividade das exportações de manufaturados, pois reduz o peso dos tributos não recuperáveis sobre o custo final dos produtos – ISS, Cide, IOF, Pis/Pasep, Cofins, ICMS e IPI. O percentual de 3% sobre o valor exportado, contudo, não é suficiente para compensar toda a cumulatividade desses tributos ao longo das cadeias produtivas. Estima-se em 6% sobre o valor exportado o peso dos tributos não recuperáveis sobre a receita líquida das indústrias. O percentual de 6%, portanto, deveria ser o adotado pelo Reintegra.

Goiás Industrial – Na área das compras governamentais, o governo firmou em decreto uma margem de preferências de 25% para bens e serviços nacionais nas licitações públicas. Essa medida tem sido questionada por alguns setores, como se fosse uma vantagem indevida a fornecedores supostamente ineficientes para concorrer com empresas de fora. Como o sr. analisa esse tipo de avaliação?

Andrade – Não se trata de vantagem indevida. A margem preferencial de 25% para produtos nacionais implica exigências, como potencial de geração de emprego e desenvolvimento tecnológico. Não há como se falar, portanto, em ineficiência do produto enquadrado na margem de preferência. Não só é uma medida justa, como também contribui para estimular a inovação. Falta o governo definir, todavia, questões como quais setores serão contemplados e como comprovar a inovação tecnológica. Isso virá por decreto. A margem preferencial nas licitações governamentais é praticada nos Estados Unidos e não vejo ninguém protestar.

Goiás Industrial – Foram criados incentivos para a inovação, com destinação de R\$ 2 bilhões para a Finep, assim como foram criados novos programas e ampliados programas já existentes dentro do BNDES para financiar investimentos. Medidas com o mesmo sentido, talvez não com a mesma intensidade, já haviam sido propostas no passado recente. O que diferencia as medidas atuais das anunciadas quando, por exemplo, lançou-se a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)?

Andrade – O Plano Brasil Maior, sem dúvida, avançou em relação à política industrial anterior. Busca dar melhores condições de competitividade às empresas, cada vez mais pressionadas pelo chamado Custo Brasil e por uma valorização cambial permanente, que provocam perda de mercados, internamente e lá fora. A nova política industrial introduz uma nova visão estratégica, a de estimular a produção de bens com maior valor agregado obtido interna-

mente e com conteúdo de inovação. Amplia a defesa comercial e dá melhores condições para exportar. Repito: não é suficiente, mas é o começo de um processo que, espero, seja promissor.

Goiás Industrial – Ainda no âmbito do BNDES, foi criado um programa para financiar a implantação, expansão e modernização de escolas de ensino profissional, técnico e tecnológico, além de cursos de capacitação de mão de obra, com orçamento de R\$ 3,5 bilhões e vigência até abril de 2013. Mais uma vez, os recursos e o prazo serão suficientes para enfrentar os gargalos no mercado de trabalho? O governo abandonou sua proposta de montar um plano amplo e ambicioso para qualificação, envolvendo o Sistema S?

Andrade – Não, não, pelo contrário. Está aí o Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, anunciado no final de abril, que tramita em regime de urgência no Congresso. O governo vai investir R\$ 2 bilhões até 2012 no programa para expandir os cursos de educação profissional, atenuando um problema grave, hoje, na economia brasileira, que é a escassez de mão de obra qualificada. A solução desse problema é primordial para termos uma economia de alto desempenho nos próximos anos. O Senai e o Sesi são dois dos principais parceiros do Pronatec. Com financiamento do BNDES, o Senai pretende atingir 4 milhões de matrículas anuais até 2014, quase o dobro das matrículas efetuadas no ano passado. O Plano Brasil Maior estabelece que o apoio financeiro do BNDES às instituições privadas de ensino profissionalizante terá taxa de juros máxima de 8,3% ao ano. O chamado BNDES Qualificação é bastante positivo.

Goiás Industrial – Como a CNI analisa as propostas nas áreas de proteção comercial, com ampliação da atuação do Inmetro, renovado e reforçado para atuar em portos e aeroportos, aumento do número de fiscais no MDCI e uma atuação mais firme contra abusos e fraudes?

Andrade – De maneira também muito posi-

tiva. A CNI já havia manifestado ao governo a preocupação com a necessidade de se reduzir os prazos para a aplicação de medidas de defesa comercial. Para a efetiva redução dos prazos, é necessário, de fato, aumentar o quadro de funcionários. A intenção da medida é boa e torna-se factível com a ampliação dos quadros. É necessário, porém, que se acrescentem procedimentos que simplifiquem o processo de defesa comercial. Eles são importantes porque podem ter efeito imediato. Nesse sentido, é preciso alterar a Resolução Camex nº 30, de setembro de 2006, para reduzir prazos e eliminar instâncias no processo decisório.

Goiás Industrial – De que forma os desdobramentos da crise internacional, com o rebaixamento da dívida dos EUA, agravamento dos problemas fiscais e de endividamento em países da Europa, poderão afetar a indústria?

Andrade – O Plano Brasil Maior, que precisa ser complementado, insistimos, veio na hora certa. A crise econômica internacional a que estamos assistindo, com retração na demanda, vai estreitar o mercado e exigir ainda mais competitividade dos produtos brasileiros. A concorrência externa, que já é feroz, vai se tornar ainda mais acirrada.



A SOLUÇÃO ESTÁ DENTRO DE CASA

Com apoio do Sesi Goiás, empresas investem na educação de seus empregados, como forma de driblar a escassez de oferta de trabalhadores qualificados

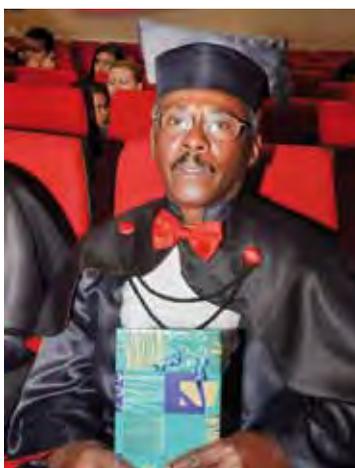
Edilaine Pazini

Com as novas exigências do mercado e a dificuldade de se encontrar profissionais qualificados, indústrias goianas investem na melhoria da escolaridade de seus colaboradores, fator fundamental para a qualificação, com salas de aula instaladas no próprio local de trabalho. A estratégia conta com a parceria do Serviço Social da Indústria, por meio do Programa Sesi Educação do Trabalhador, que já formou mais de 21 mil trabalhadores entre 2004 e 2010. Eles recebem gratuitamente o estudo, materiais di-

dáticos e até o lanche.

Após 40 anos afastado da escola, Adevaldo Rosa da Silva, de 57, teve a oportunidade de pegar mais uma vez no lápis e no caderno. Mecânico de veículos na Refrescos Bandeirantes (Coca-Cola) há 17 anos, com a iniciativa, ele já vê possibilidade de fazer um curso técnico e crescer dentro da empresa. Com apoio da família e a valorização da indústria, diz estar mais motivado em seu dia a dia. “O ensino é bem diferente da minha época, mas já me ambientei. Até meu jeito de refletir sobre as coisas melhorou, está mais claro”, conta.

Além de Silva, mais oito trabalhadores da Coca-Cola concluíram recentemente a 1ª fase do ensino fundamental. Para comemorar, a empresa realizou solenidade especial para os formandos e suas famílias, no auditório da indústria. Para a gerente de Recursos Humanos, Amanda Rocha, as exigências do mercado aumentam a cada dia e a Coca-Cola criou um projeto de valorização da “prata da casa”, que oferece novas oportunidades para os próprios colaboradores. “Identificamos várias pessoas que trabalham conosco há muitos anos que pararam de estudar. Com o investimento da empresa e a dedicação dos colaboradores, podemos notar maior motivação e aproximação maior dos familiares deles com a empresa”, afirma. Segundo ela, a intenção é ampliar o projeto para o ensino médio.



“Até meu jeito de refletir sobre as coisas melhorou, está mais claro”

Adevaldo Rosa, da Refrescos Bandeirantes



“Agora já sonho de novo com a oportunidade de subir de cargo”

Salviano Pereira de Souza, 60 anos, ajudante de motorista

BANCO INTERNO DE TALENTOS

O diretor de Planejamento e Marketing da Coca-Cola, Cristiano Lopes, acrescenta que com a iniciativa, os funcionários se sentem mais qualificados profissionalmente e também pessoalmente. Ele explica que, com a escassez de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, a melhor opção é dar oportunidades aos colaboradores que já conhecem a cultura da empresa. “Além de ter pessoas trabalhando mais motivadas, conseguimos formar um banco de talentos interno”, diz ele. Lopes observa que até a autoestima dos profissionais aumenta. “Muitas vezes, nos deparamos com colaboradores inseguros para participar até de treinamentos”, conta. Viúvo e pai de três filhos, Salviano Pereira de Souza, de 60 anos, deixou a escola para trabalhar e não se recorda mais quando paralisou os estudos. “Desde pequeno mesmo”, diz. Ele também é colaborador da Refrescos Bandeirantes, onde trabalha como ajudante de motorista há 22 anos. Pereira conta que se sente feliz com a oportunidade que teve de voltar a estudar e que a família também o apoiou. Segundo ele, já teve convites para ocupar outros cargos, mas por medo de não se desenvolver bem pela falta de conhecimento, não quis arriscar. “Agora já sonho de novo com a oportunidade de subir de cargo”, ressalta.

Cristiano Lopes: colaboradores qualificados e mais motivados



PRÉ-REQUISITO NA CONTRATAÇÃO

A Di Paula Indústria e Comércio Ltda., empresa de confecção de roupas esportivas, é mais uma empresa a investir em seus profissionais. De acordo com a gerente de Recursos Humanos, Leidiane Ferreira Damasceno, no ano que vem ter o 2º grau completo será uma das exigências para se trabalhar na empresa. “Então vamos começar oferecendo estudos para os que já estão aqui.” A primeira turma do ensino médio possui 20 alunos e, segundo ela, a meta é estender o projeto também aos familiares dos colaboradores. Leidiane diz que, desde a implantação da sala de aula dentro da empresa, é notável a mudança de comportamento dos trabalhadores. “Agora eles aproveitam até o horário de almoço para ler e estudar”, conta.

Além do Programa Sesi Educação do Trabalhador, a Di Paula investe em diversos outros pro-



Leidiane Damasceno, da Di Paula, e Lilia Vieira, do Sesi: funcionários aproveitam até o horário de almoço para estudar

gramas em parceria com a instituição, como a Ginástica Laboral, Espaço Zen, Cozinha Brasil, Indústria Saudável e Odontologia. A gerente comenta que, após os investimentos em qualidade de vida para seus colaboradores, a empresa



Marcilon Gouveia: com apoio de toda a família, já pensa em curso superior

notou que o mais importante nem sempre é o salário. “Nossa última pesquisa de clima organizacional revelou que 93% dos funcionários estão satisfeitos com a empresa, contra 85% na anterior. Isso mostra o sucesso da parceria com o

Sesi, firmada há dois anos”, conta.

Amanda Almeida, de 20 anos, é encarregada da oficina de costura da fábrica e trabalha na Di Paula há quatro anos. Há seis meses ela havia paralisado os estudos pela correria do dia a dia. Com o sonho de passar por uma faculdade de Administração ou Recursos Humanos, Amanda já pensava em dar continuidade aos estudos, mas só no próximo ano. “Com a sala de aula aqui na empresa, ficou mais prático e não corro o risco de me atrasar”, ressalta.

Já o motorista Marcilon Cabral Gouveia, de 43 anos, conta que já não estudava há muito tempo. “A vontade era muita, mas o cansaço me impedia.” Ele terminou o ensino fundamental há quatro anos e novamente paralisou os estudos. Com o incentivo da empresa, segundo ele, resolveu concluir o ensino médio. Questionado sobre o ensino superior, Cabral diz que ainda não tem certeza se chegará lá, mas afirma que se sair bem no nível médio, irá pensar em ingressar em uma faculdade. Casado e pai de três filhos, Cabral conta que a esposa também tem vontade de voltar a estudar e que a família toda está dando forças para que ele conclua os estudos.

EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR

Lançado em 1998, o Programa Sesi Educação do Trabalhador insere-se no compromisso da instituição com ensino básico em geral e com a educação do trabalhador em especial. De acordo com Valciano Lisboa Cartaxo, coordenador técnico do programa, o objetivo é atender jovens e adultos que não tiveram oportunidade de completar todos os ciclos de escolarização em idade regular, apostando na estratégia de proporcionar ambientes de aprendizagem localizados dentro da própria empresa em que o trabalhador atua.

Atualmente, a resolução que autoriza o funcionamento do projeto é o parecer nº 1.147, do Conselho Estadual de Educação (CEE-Goiás), de 14 de novembro de 2008. Entre

2010 e 2011, o Sesi estabeleceu no programa mais de 60 parcerias, dentre empresas industriais, prefeituras, ONGs, entre outras. “Comprometidas com o crescimento econômico do Estado de Goiás, essas instituições e empresas não mediram esforços em elevar a escolaridade de seus trabalhadores, tendo como finalidade proporcionar ao aluno/trabalhador a formação básica necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, à sua autorrealização, ao preparo para o exercício pleno da cidadania, preparando-o para uma maior participação na sociedade competitiva em que está inserido, bem como qualificando-o para desempenhar, de forma mais plena, suas funções nos respectivos espaços produtivos”, afirma o coordenador.



Alunos do curso de soldador caldeireiro durante aula prática realizada nas instalações da usina

MÃO DE OBRA MADE IN QUIRINÓPOLIS

Usina Boa Vista, Senai e prefeitura de Quirinópolis, no Sudoeste Goiano, se unem com a missão de qualificar a população local para atuar no setor sucroenergético

Andelaide Pereira, de Quirinópolis

O serralheiro Alcides Mendes da Silva começou a trabalhar com apenas 14 anos. Hoje, aos 21, ele faz seu primeiro curso de qualificação, na área de solda. A oportunidade de crescimento profissional surgiu com a implantação em Quirinópolis, no Sudoeste Goiano, do programa Nova Fronteira do Conhecimento, criado pela Usina Boa Vista – indústria do Grupo São Martinho, inaugurada no município em 2008. A iniciativa envolve a participação do

Núcleo Integrado Sesi Senai Quirinópolis, responsável pela execução das ações de educação profissional, da prefeitura local e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Lançado no dia 20 de junho, o programa oferece portfólio com seis cursos: operador mantenedor de extração, produção e de utilidades, mecânico de máquinas agrícolas, mecânico de caminhões, eletricitista de máquinas e veículos, soldador caldeireiro e o de operador de máquinas agrícolas. Ao todo, 250 pessoas participam gratuitamente da programação, que deverá ser concluída em

fevereiro de 2012. O objetivo é qualificar mão de obra para atender à demanda da usina e de empresas da região, aumentar a empregabilidade da comunidade e contribuir com o desenvolvimento sustentável do município.

As aulas teóricas são ministradas no Núcleo Integrado Sesi Senai e na escola municipal Professora Zelsani. Já as atividades práticas são realizadas nas instalações da usina Boa Vista. Aluno do curso de soldador caldeirei-

ro, Alcides trabalha em uma serralheria, mas vive expectativa de ser contratado pela indústria. “Particpei de uma seleção na usina e não passei porque não tinha feito nenhuma qualificação. A empresa tem mostrado interesse em investir na comunidade e estou feliz pela oportunidade de fazer um curso no Senai, que é referência em formação profissional. Pensei que soubesse tudo de solda, hoje vejo que ainda tenho muito que aprender”, observa.

CRESCIMENTO PROFISSIONAL

Assim como Alcides, o metalúrgico Roney Luiz Gonçalves, de 35 anos, colega de curso, aprendeu na prática a lidar com serviços de soldagem. Mesmo com dez anos de experiência na área, ele acredita que conhecimento nunca é demais. Além de abrir vagas para a comunidade, o programa também beneficiou funcionários da usina que queriam se aperfeiçoar em sua função ou subir de cargo. É o caso de Edmilson Batista da Silva, que está quase dois anos trabalhando na usina, com aplicação de herbicida na lavoura de cana de açúcar. “Meu objetivo é ser promovido para a área de solda, onde terei maiores oportunidades de crescimento profissional.”

Natural de Pernambuco, Gean Nunes, de 37 anos, veio para Goiás há 12 anos em busca de melhores condições de vida. Em Quirinópolis, ele atua como soldador em uma empresa que presta serviços para a usina Boa Vista na área de refrigeração. Selecionado para fazer o curso de soldador caldeireiro, Gean conta que a atividade lhe trouxe muitas novidades. “Alguns processos, como o corte de plasma, eu ainda não sabia executar. As aulas são excelentes, a turma está empolgada e eu pretendo trabalhar na usina, porque poucas empresas têm essa visão de investir na população para geração de emprego e renda.”

Com 12 anos de prática profissional na área de solda, o paulista André Fábio Vicente está há três anos em Quirinópolis, atuando no setor de caldeiraria da Usina Boa Vista, e procurou fazer o curso para



Wellington Antunes da Silva: qualificação é o primeiro passo para quem busca um bom emprego

melhorar seu desempenho.

Aluno do curso de mecânico de máquinas agrícolas, Wellington Antunes da Silva, de 22 anos, espera conquistar uma vaga na usina. “A qualificação é o primeiro passo para quem busca um bom emprego.” Aos 40 anos, a fotógrafa Maria José Freitas planeja mudar de profissão. Para tanto, ela integra turma do curso de operador de máquinas agrícolas. “Fui criada em fazenda e sempre me interessei pelo uso de tecnologia no campo. As máquinas colhedoras de cana atuais são mais fáceis de dirigir do que um carro convencional. Estou ansiosa para começar a atividade prática e feliz com a possibilidade de conquistar um emprego formal.”

*Maria José Freitas,
aluna do curso
de operador de
máquinas agrícolas:
nova profissão*



UNIDADE DE NEGÓCIO QUER AMPLIAR PRODUÇÃO

Com 2.037 colaboradores, a Usina Boa Vista prevê aumentar em cerca de 45% seu quadro de funcionários, em 2012, para atender ao projeto de expansão da indústria. Inaugurada em 2008 como uma das plantas mais modernas do País, a usina produz exclusivamente etanol e sua colheita é 100% mecanizada, sem a queima da cana. A unidade também gera energia elétrica e comercializa a produção excedente. Na safra 2010/2011, registrou um total de 2 milhões de toneladas de cana moída. Para a temporada 2011/2012, iniciada em maio, a previsão é de moer, aproximadamente, 2,5 milhões de toneladas.

Em junho de 2010, o Grupo São Martinho e a Petrobras Biocombustível se uniram formando a Nova Fronteira S/A – empresa voltada para a produção de etanol na Região Centro-Oeste. Além de 49% da Usina Boa Vista, o negócio abarca 100% do projeto Greenfield SMBJ Agroindustrial, localizado no município de Bom Jesus, no Sul Goiano.

Como parte do acordo, a Usina Boa Vista recebeu aporte de R\$ 420 milhões da Petrobras Biocombustível para acelerar o crescimento de suas operações. Com previsão de investimentos de R\$ 700 milhões até a safra 2014/2015, a expectativa é de que a unidade alcance a marca de 7 milhões de toneladas de capacidade de moagem ao final desse período.

“O programa Nova Fronteira do Conhecimento é um projeto piloto que irá dar sustentação ao crescimento da usina, com a formação de um contingente de mão de obra qualificada para atender às atuais e futuras demandas da empresa. A parceria com o Senai tem sido fundamental para o sucesso do programa, que tem alcançado bons resultados, com reflexo na autoestima e motivação dos participantes. A população se sente valorizada com o investimento na capacitação de profissionais para o mercado de trabalho”, explica o analista de Desenvolvimento da Usina Boa Vista, João Paulo Ribeiro do Carmo.



“O programa Nova Fronteira do Conhecimento é um projeto piloto que irá dar sustentação ao crescimento da usina”

João Paulo Ribeiro do Carmo, analista de Desenvolvimento da Usina Boa Vista

NÚCLEO ACOMPANHA CRESCIMENTO

Localizado em uma região que se consolida como economia crescente e com bons indicadores sociais, Quirinópolis teve seu desenvolvimento impulsionado a partir da instalação de grandes empreendimentos sucroalcooleiros, como a Usina Boa Vista e a São Francisco. Com a missão de qualificar a mão de obra local para assumir as vagas de trabalho que estão surgindo, Sesi e Senai inauguraram, em março de 2010, um núcleo integrado na cidade.

A unidade é fruto de parceria com a prefeitura do município, que cedeu os ambientes para sua instalação, e com as usinas Boa Vista e São Francisco, responsáveis por equipar o núcleo. Para acompanhar o ritmo de crescimento do segmento industrial da região, a unidade deverá ser ampliada ainda este ano, com a construção de um novo galpão e a aquisição de equipamentos que vão dar suporte à realização de atividades práticas.

PARCERIA IEL-HSM, A BOA NOVA

Agora oferecida em Goiás, capacitação de nível internacional tem foco em resultados e na solução de problemas reais das empresas que pretendem atuar no mercado global

Célia Oliveira

Taxas de câmbio oscilantes, juros altos, crises sistêmicas em países antes considerados seguros e estáveis. O que fazer nesse cenário para gerir uma empresa sem perder o foco no resultado e manter o impulso no mercado globalizado? A conquista de vantagem competitiva saudável depende de pessoas, de visão crítica, de criatividade, de estratégias bem definidas e escolhas ponderadas e compatíveis com o negócio.

Em meio a desafios crescentes, o empresário brasileiro, que convive também com falta de mão de obra qualificada – problema presente em 69% das organizações, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada em abril deste ano – responde à questão. Ele reconhece a necessidade de estudar. Isso mesmo! Estar preparado, conhecer profundamente seu negócio, aprender a gerir e tomar decisões. Uma boa nova é que o próprio empresário apontou o que quer aprender para não perder espaço no mercado mundial.

Outra é que uma parceria entre o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e a HSM Educação, referência mundial no desenvolvimento profissional de executivos, incrementa a Educação Executiva no setor produtivo brasileiro. A razão dessa união é simples, pois, “a educação para o executivo é processo transformador”, enfatiza

Fernando Serra, diretor de produtos da HSM Educação.

Ricardo Araújo, da HSM: “Fomos até a empresa e perguntamos o que elas queriam”

ATENDENDO A PEDIDOS

“Fizemos diferente, o inverso. Fomos até as empresas, perguntamos o que elas queriam e estamos apresentando o que pediram”, argumenta o diretor comercial da HSM Educação, Ricardo Araújo, que visitou o IEL Goiás, no mês de agosto, para explicar aos empresários os objetivos da parceria e do PDE.

Hoje, por conta das características do mundo dos negócios, as empresas precisam de novas informações, de conteúdos fortes que agregam valor e de conhecimentos que extrapolam a sala de aula, chegando à prática na própria empresa para que os executivos aprendam a fazer e manter os negócios, explica Araújo, pois “o campo de gestão é prioritário e o cenário mundial, complexo”.

Fruto da aliança IEL e HSM Educação, chega a Goiás o Programa de Desenvolvimento Empresarial (PDE), desenhado a partir da demanda do próprio empresariado, que demonstrou entender que treinamento e educação devem subir a escala hierárquica e não ficar estacionado nos níveis de recursos humanos e operacional. O curso de nove meses, cinco disciplinas, com conteúdos acompanhados por professores internacionais, teoria e prática voltadas para resultados e soluções de problemas reais da empresa, foi especialmente definido para auxiliar na providência por mudanças benéficas ao negócio.



SOLUÇÕES INOVADORAS, NA PRÁTICA

Estruturado a partir das necessidades reais relatadas pelos empresários, em conversas com representantes regionais do IEL e também por meio de pesquisas, o PDE, além da teoria, fará uma imersão na identificação dos problemas das empresas participantes e buscará possíveis soluções. “Esse é um dos diferenciais, porque o conteúdo poderá ser praticado em paralelo às aulas”, acrescenta Araújo.

Outra distinção do PDE está no segmento. O alvo é a média empresa. Típicas no Brasil, de perfil familiar, elas se encontram espalhadas em todo o território e, na maioria, têm o crescimento comprometido pela dificuldade de capacitação em gestão, lembra o superintendente do IEL Goiás, Humberto Rodrigues de Oliveira. “Pode-se considerar, até agora, que esta linha de empresa encontrava-se desassistida por iniciativas que promovam a gestão. Enquanto a pequena recorre a serviços gratuitos e a auxílio de instituições que atuam para esse fim e a grande contrata consultorias especializadas para resolver seus gargalos, a média empresa ia se virando em meio aos fenômenos mercadológicos. Com a parceria IEL e HSM Educação, uma solução é apontada pelo Programa de Desenvolvimento Empresarial.”

Focado na educação executiva para resultados – a grande meta/visão dos empresários –, o programa mexe com a mentalidade do empresário, ensinando-o a dar longevidade a seu negócio e, assim, levar ao cidadão os benefícios que uma empresa pode oferecer – emprego, renda, cidadania, além, é claro, de produto de qualidade a preço justo. “Isso tudo depende de conhecimento, mas para ser usado na prática. Por isso, o curso é de educação para resultados, centrado no crescimento empresarial”, retoma Araújo.



Programa de Desenvolvimento Empresarial>>

Programa de capacitação em gestão e *management* com horas dedicadas à prática empresarial

- Conteúdo alinhado com as tendências e práticas mundiais em *management*
- Elaboração de projeto para solução de problema real da empresa
- Soluções voltadas para a realidade local das empresas
- Compartilhamento de conhecimento entre empresas
- Formação de *networking*

Parte teórica

- Estratégia e Execução
- Liderança e Gestão de Pessoas
- Instrumentos financeiros para tomadas de decisões
- Marketing
- Gestão de Operações

- 80 horas de aula
- encontros bimestrais
- 16h cada encontro
- 5 encontros

Serviço>>

Contato IEL Goiás
(62) 3219-1413/1448

Prática empresarial

- Diagnóstico de problemas e busca de soluções personalizadas de acordo com a demanda de cada empresa participante.

• Temas:
Finanças, Marketing, Gestão de Pessoas

- 16 horas de prática
- encontros bimestrais
- 4h cada encontro
- 4 encontros

CADEIA EM FORMAÇÃO

Grupo USJ investe na qualificação do seu parque de fornecedores em Goiás, com foco na sustentabilidade de sua operação e no crescimento de toda a cadeia

Célia Oliveira

Com quatro anos de operação no sudoeste goiano e uma produção anual de 4,5 milhões/toneladas de cana-de-açúcar, 8 milhões de sacas de 50 quilos de açúcar e 100 milhões de litros de etanol hidratado e anidro, a Usina São Francisco, em Quirinópolis, depende de um parque fornecedor qualificado e que entenda dos pilares da sustentabilidade, o que inclui recursos



“Estamos ajudando a desenvolver uma cadeia que gera trabalho gratificante. Ficamos felizes pelo IEL criar uma oportunidade assim, porque queremos acertar.”

Hermínio Ometto, presidente do Grupo USJ

humanos, meio ambiente e saúde econômico-financeira do negócio.

Pertencente ao Grupo USJ, um dos principais conglomerados sucroenergéticos do Brasil, a Usina São Francisco assinou contrato com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) para preparar seus fornecedores locais, por meio do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF). “Os serviços que compramos são variados. Nossa atividade começa com o serviço agrícola, o corte da cana, até a logística final de armazenamento e distribuição”, explicita o presidente do Grupo USJ, Hermínio Ometto.

A atividade multidisciplinar da usina, acrescenta, exige que os fornecedores compreendam a necessidade da indústria e não somente o tipo de serviço a ser entregue. “Eles devem entender como a empresa funciona e o que tem de fazer para ser sustentável”, enfatiza.

O PQF vai qualificar, inicialmente, 20 fornecedores indicados pela Usina São Francisco, cuja diretoria acredita que chegará o momento em que eles próprios formarão grupos para o programa, atendendo a requisitos específicos da usina, pois a receptividade ao PQF foi boa por parte dos fornecedores.

Além da sustentabilidade e capacidade técnica dos fornecedores, pontos fortes para o grupo, a usina goiana necessita que eles passem a ter preocupação diferenciada com saúde e segurança no trabalho, questões ambientais e a gestão do próprio negócio. “Muitas vezes, o fornecedor é bom na operação, mas desconhece gestão”, declara Igor Montenegro, diretor da usina no Estado. Para o empresário, o PQF é solução para o que o grupo busca e espera da relação com os fornecedores: desenvolvimento recíproco. “O programa tem experiências bem sucedidas e vitoriosas em Goiás e isso nos chamou a atenção.”

INFORMAÇÃO E PREMIAÇÃO

Evento comemorativo ao Dia do Estagiário premiou vencedora do concurso da frase alusiva à importância do estágio na formação profissional, promovido pelo IEL Goiás

Estimular a prática do estágio e fazer o estudante pensar em seus benefícios, em meio a um momento de descontração e informação, foi o que buscou o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), ao comemorar o Dia do Estagiário, em 18 de agosto, data criada pelo decreto 87.497/82. “A instituição dessa data é uma forma de valorizar o estudante em campo de estágio, reconhecendo a necessidade e o peso da atividade para a geração de profissionais mais capacitados”, afirma a gerente do programa de estágio do IEL, Tarciana Nascimento.

A integração cultural e de orientação, com exibição de vídeo, palestra e sorteio de brindes, também premiou o vencedor do concurso da frase A Importância do Estágio na Minha Formação Profissional.

Éllen Apolicauto, estudante de engenharia e estagiária na Toctao Engenharia, foi a vencedora. Concorrendo com 140 inscrições, ela se destacou com a afirmação: “O estágio para mim se compara aos meus dias de vida, onde a cada minuto eu acrescento à minha história experiências que me servirão para sempre.” Emocionada com o prêmio, a estudante traduziu na frase todo o sentimento e a visão que tem sobre o estágio e sobre a empresa que acredita em seu potencial. O diretor da Toctao Bruno Alvarenga destacou a importância que dá ao estágio para os recém-formados que procuram a empresa. “Só contrato profissional que passou pelo estágio.”

Na seção informativa do evento, o consultor e instrutor do Instituto de Formação Gerencial



Bruno Alvarenga, da Toctao, Éllen Apolicauto, vencedora do concurso, e Humberto de Oliveira, do IEL Goiás: valorização do estudante

(IFG), Rubens Berredo, disse aos presentes que o estudante deve buscar para si, no estágio, aquilo que o mercado quer. “Um estagiário de visão: V de vontade; I de iniciativa; S de superação; A de atitude; e O de ousadia.”

QUEM PATROCINOU

O evento foi patrocinado pelas empresas Café 3 Corações, Castro's Park Hotel, Centauro Gráfica, Della Empório, Della Nova Suíça, Farmácia Terapêutica, Flexibase, Funape, Grupo Milênio, GSA-Gama Sucos e Alimentos, Leinertex, Ministério Público/GO, Montana Grill, LG Sistemas, Mabel, Primetek Computadores, Realce Distribuidora, Scanner Moda Couro, Suave Fragrance, Vivo, 3 Way, Senai e U.S.E. Mobiliário Corporativo.

O PASSO SEGUINTE

Processos de certificação tornam as empresas mais preparadas para aplicar conceitos e soluções sustentáveis, agregando valor e confiabilidade ao negócio

Bem conduzidos, processos de certificação levam à padronização de métodos e processos, permitindo que as empresas organizem seus sistemas de gestão de acordo com normas reconhecidas em todo o mundo. A aplicação desses parâmetros, afirmam Cinthia Martins, coordenadora de Meio Ambiente da Toctao Engenharia, e Wellington Guimarães, engenheiro e coordenador técnico do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), empurra as organizações necessariamente na direção de práticas sustentáveis, social, econômica e ambientalmente.

A relação não é exatamente automática, mas a probabilidade de empresas certificadas se tornarem sustentáveis parece bem maior do que para o restante das organizações que escolhem

outros caminhos. De acordo com Cinthia e com a engenheira civil Ana Clara Schreiber, também da Toctao, a padronização de métodos e processos na construtora refletiu-se num “aprimoramento dos resultados”, com melhoria na qualidade dos serviços e das obras, o que, por sua vez, significou maior preservação ambiental, padrões mais seguros de trabalho e de saúde para os trabalhadores e um incremento na preocupação social. Única certificadora fora do eixo Rio-São Paulo, o que facilita o acesso das empresas locais à certificação, na visão de Guimarães, o ICQ Brasil tornou-se “importante agente de incentivo” a práticas sustentáveis – mesma opinião expressa por Cinthia e Ana Clara, para quem o instituto é “um grande incentivador do processo de sustentabilidade”.

“O processo que leva a empresa à certificação é a chave para atingirmos o tripé da sustentabilidade, abrangendo o âmbito social, ambiental e econômico, envolvendo, assim todas as partes interessadas no negócio”, reforçam ambas. A empresa consegue, ainda, antecipar-se e reduzir a possibilidade de geração de passivos ambientais e assegurar a conformidade legal de suas operações, o que minimiza o risco jurídico. A adoção de práticas e políticas de baixo impacto ambiental, aponta Guimarães, torna possível “minimizar danos de toda ordem em qualquer negócio, garantindo assim maior segurança e menores riscos operacionais a cada novo empreendimento”. A maior estabilidade e capacidade de lidar com crises, continua ele, tornam as empresas que adotam estratégias sustentáveis mais atraentes a agentes financeiros e investidores, ampliando as possibilidades de captação de recursos. “Além do diferencial competitivo, essas empresas podem aproveitar as oportunidades socioambientais de crédito”, acrescenta.



Cinthia Martins, da Toctao: padronização levou ao aprimoramento dos resultados



Wellington Guimarães, do Sinduscon-GO: maior segurança e menores riscos operacionais



OPORTUNIDADES NO FRONT EXTERNO

Com apoio de técnicos e consultores do CIN/Fieg, empresas goianas fecham contratos para incrementar seus negócios e explorar o mercado internacional

Em julho, a Cesar Contêineres fechou contrato com a italiana Edilsider, especializada em soluções customizadas para a área de construção civil, para produção, em Goiás, de painéis termo-acústicos destinados à implantação de hotéis, escritórios, hospitais e residências. A empresa goiana, em fase de expansão, pretende atingir os principais mercados da América do Sul, capitalizando a certificação conferida pela Comunidade Europeia aos pré-moldados italianos.

“Este é um segmento de mercado mais exigente e de maior valor agregado. A tecnologia que adquirimos permite desde construções simples até edificações de alto luxo, com maior velocidade”, comenta Mário Cesar de Paiva, diretor da Cesar Contêineres e da Cesar Transportes e Guindastes, ambas em operação no Setor Santa Genoveva, em Goiânia. As empresas preparam-se para mudar para uma área mais ampla, no parque industrial de Aparecida de Goiânia, onde Cesar investe na construção de um novo complexo para abrigar as divisões de construções modulares e de guindastes.

O investimento inicial está previsto em R\$ 8 milhões. A fábrica de construções

modulares terá 6 mil metros quadrados, ocupando uma área total de 40 mil m². O segmento de guindastes e caminhões será instalado num terreno com 30 mil m², incluindo 2 mil m² de galpões e escritórios.

Nas negociações com a Edilsider, a Cesar Contêineres recebeu o apoio de consultores e técnicos do Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN). Essa intermediação, relata Cesar, permitiu ao empresário construir uma rede de contatos com empresas na Alemanha, Itália, França e Espanha.

A nova fábrica só começa a operar no início de 2012, produzindo paredes com laminados em fibra de vidro com a tecnologia da Edilsider, mas a Cesar Contêineres já fechou seu primeiro contrato. Na verdade, a empresa goiana fez a ponte entre os donos da tecnologia, na Itália, e o Grupo Odilon Santos, para montagem de uma garagem para ônibus na República de Benin, na África ocidental.



Mário Cesar: produção de construções modulares de alto luxo para o mercado da América do Sul



Natalia e Gabriela Soares: administradoras operam a Paulete Armários

ARMÁRIOS ITALIANOS PARA GOIÁS

Em setembro, a Paulete Armários, marca adquirida pelo empresário Carlos Alberto Vieira Soares há cinco anos, começou a receber os primeiros exemplares dos armários da italiana Arca Cucine, instalada na região da Toscana. Produzidos sob encomenda, os móveis vão ocupar um espaço especial no showroom da loja,

na Alameda Ricardo Paranhos, em Goiânia. Os negócios da loja, conta Soares, são administrados pelas filhas Natália e Gabriela Soares, ambas formadas em administração de empresas.

A aproximação com os italianos foi igualmente iniciada a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro Internacional de Negócios da Fieg, o que abriu espaço para a formalização da parceria entre as duas empresas. “Participei da missão empresarial a Milão, organizada pelo CIN há quatro anos, e estive, a convite do centro, com a missão italiana que veio a Goiás no final de 2010. Em junho, retornei à Itália para conhecer novos equipamentos e visitar indústrias”, detalha Soares. Segundo ele, a intenção dos italianos é exportar para Goiás armários de cozinha com design diferenciado e o suporte oferecido pelo CIN foi “fundamental” para a concretização do negócio.

Atualmente, os produtos da Paulete, que incluem armários para cozinha, escritórios, banheiros e home theater, são fornecidos pela Post Portas, indústria há 25 anos no mercado, também sob o comando de Soares, com a ajuda do filho mais novo, Carlos Moreno. Incluindo a fábrica e a loja, os setores de administração e montagem projetistas, designers e arquitetos, as empresas ocupam 80 funcionários.

MENOR ESPAÇO, MAIOR PRODUÇÃO

Com crescimento anual médio de 20%, a Post Portas investe um total de R\$ 2,4 milhões, entre edificação, instalações e equipamentos, para montar uma nova unidade no polo moveleiro de Senador Canedo. A fábrica, hoje instalada às margens da Perimetral Norte, em Goiânia, vai trocar uma área de 3,3 mil metros quadrados por outra de 2,5 mil m² para produzir mais. “A nova planta receberá layout mais atualizado e três linhas de equipamentos novos, com mais capacidade e eficiente que os antigos”, esclarece Soares. As máquinas atualmente utilizadas pela fábrica, todas com comando numérico e automatizadas, diz o empresário, serão vendidas.

“Precisamos exatamente identificar os gargalos que ainda emperram nosso crescimento e tratar de eliminá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis”

Sérgio Longen, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (Fiems)



INTEGRAR PARA DESENVOLVER

Segunda-feira, 18 de julho, foi um dia histórico para o setor produtivo do Centro-Oeste. Pela primeira vez, reunimos as lideranças e os representantes da indústria, do comércio e do agronegócio da região para tratar dos temas estratégicos que envolvem nosso desenvolvimento.

Mais que um encontro, foi o símbolo da determinação dos setores da produção em construir e promover a necessária gestão para fazer executar uma agenda positiva capaz de integrar e desenvolver todo o Centro-Oeste.

É um movimento que nasce para estabelecer cenário mais favorável nos níveis de desenvolvimento econômico e social, profundamente desiguais neste país. A redução dessas disparidades é condição fundamental à superação das desigualdades sociais e interpessoais de renda e de qualidade de vida.

Além disso, deve ser vista como fator adicional para o aumento do ritmo do crescimento econômico, dada a possibilidade de aproveitamento das potencialidades resultantes de uma base de recursos bastante diversificada e da ampliação do mercado interno.

A perspectiva de uma política de desenvolvimento regional, que agora começa a ser estimulada pelo governo federal com a recriação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste) e Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), surge como uma possibilidade real de retomada das nossas potencialidades.

Por isso mesmo, a recriação da Sudeco foi um dos tópicos da nossa pauta, que também

contou com debates em torno da operacionalização do BDCO (Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste), a Reforma Tributária, a concessão de incentivos fiscais e as ações que precisam ser adotadas para aprimorar a logística da região.

É chegado o momento de fazer valer a força do imenso potencial da nossa região. Temos uma população economicamente ativa que alcança algo em torno de 7,6 milhões de indivíduos. Somente o setor industrial registra o valor bruto da sua produção em R\$ 83,9 bilhões. Mais de 39 mil estabelecimentos industriais estão aqui instalados, gerando 651 mil empregos. Além disso, somos o segundo maior produtor de grãos do País. O crescimento nominal médio do PIB é de 11,4% ao ano.

É um desempenho que pode ser ampliado para muito além dos índices que se registram nas regiões Sul e Sudeste, que hoje detêm a geração de riquezas do País. Precisamos exatamente identificar os gargalos que ainda emperram nosso crescimento e tratar de eliminá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis, como tratamos de fazer neste fórum.

Nosso tempo é de fazer e de construir uma união tão sólida quanto produtiva.

Integrar e desenvolver para gerar mais riquezas e qualidade de vida para as pessoas. Somos forjados no trabalho e buscamos sempre prosperar nos nossos negócios. A lógica da iniciativa privada deve ser base para o compromisso que estamos firmando com o desenvolvimento da região Centro-Oeste e seu povo.





capa»





O PONTO DE PARTIDA

Lauro Veiga Filho

PLANO BRASIL MAIOR INCLUI NOVA VISÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL, MAS TERÁ DE SER REFORÇADO SUBSTANCIALMENTE PARA QUE O SETOR POSSA RECUPERAR SEU DINAMISMO

continua>>

Não foi o bólido que todo o setor industrial esperava, mas também não chegou a decepcionar totalmente. Ainda que considerado aquém dos desafios colocados diante da indústria brasileira, neste momento, o Plano Brasil Maior, que teve suas linhas centrais divulgadas pela presidente Dilma Rousseff no dia 2 de agosto, prevendo renúncias fiscais de R\$ 36,21 bilhões até 2012, foi em geral bem recebido. No mínimo, por confirmar a necessidade de uma política industrial, com conseqüente reconhecimento da relevância do setor para o futuro da economia e ainda por desenhar medidas que seguem na direção esperada pela indústria.

“As medidas atendem parcialmente à expectativa de prover o segmento manufatureiro das condições de competitividade necessárias para enfrentar a forte concorrência do mundo atual, mas estão na direção correta, demonstrando a necessidade de uma política industrial ativa diante do cenário internacional que se desenha para os próximos anos”, comenta Flávio Castelo Branco, gerente executivo da Unidade de Política Econômica (PEC) da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em documento preparado para subsidiar as federações do setor industrial, que se reuniram no dia 8 de setembro em São Paulo para discutir formas de aprimorar o plano, a área técnica da CNI entende que ele contempla medidas tributárias e financeiras, “bem como mudanças na implementação de instrumentos de defesa comercial, que podem aliviar a pressão competitiva sobre a indústria.”

O conjunto de medidas, no entanto, ressalta Castelo Branco, deve ser visto como “ponto de partida”, que agrega visão estratégica renovada à política industrial, “qual seja, estimular a produção de bens com maior conteúdo de valor adicionado doméstico e com viés de inovação.” Mas ainda insuficiente para reverter o quadro de perda de dinamismo do setor industrial.

O principal desafio, daqui em diante, destaca o economista, será dotar o pacote de medidas de uma visão de longo prazo e mais estratégica em relação ao futuro do País, com doses maiores de “ousadia e criatividade”. Sob esta ótica, “os mecanismos de estímulo associados à inovação, à educação e à qualificação da força de trabalho devem ser o centro dessa visão.”

A AVALANCHE DOS IMPORTADOS

A dimensão dos desafios atuais pode ser avaliada a partir dos dados recentes sobre a balança comercial da indústria de transformação. Impulsionadas pelo câmbio valorizado e pela conseqüente perda de competitividade do setor, agravada pelas deficiências na logística de distribuição e de transportes, pelo alto custo de capital de terceiros e por uma “estrutura tributária inadequada”, para recorrer a uma definição adotada pelo economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, do Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (Iedi), as importações de bens industriais quase triplicaram em cinco anos, gerando déficit comercial recorde no setor manufatureiro.



Produção sob ameaça: importação de bens industriais triplicou em cinco anos



Entre 2005 e 2010, as compras externas de produtos industriais saltaram 161,8%, passando de US\$ 60,781 bilhões para US\$ 159,103 bilhões. Em outro indicador da perda de condições de competir no mercado global, as exportações industriais cresceram 36,5% no mesmo período, saindo de US\$ 94,016 bilhões para US\$ 128,350 bilhões. O saldo positivo de US\$ 33,235 bilhões, colhido em 2005, transformou-se num rombo de US\$ 30,753 bilhões no ano passado. A troca de sinais significou perdas de US\$ 63,988 bilhões para o setor de transformação industrial em apenas cinco anos.

Esse recorde negativo deve ser batido neste ano. Apenas na primeira metade de 2011, o déficit comercial da indústria cresceu 48,5% frente ao primeiro semestre de 2010 e atingiu US\$ 21,230 bilhões – o mais elevado para o período em toda a série histórica de dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Em Goiás, o déficit entre exportações e importações de bens e produtos manufaturados cresceu 20,1% no acumulado entre janeiro e julho deste ano, quando somou US\$ 2,468 bilhões – um recorde, igualmente – frente a US\$ 2,055 bilhões nos sete primeiros meses de 2010. Na década passada, as exportações de manufaturas foram multiplicadas em mais de 9,5 vezes, mas as importações aumentaram 12,6 vezes, o que fez o déficit crescer quase 12,9 vezes.

Ameaça externa>>

(Escalada das importações de produtos da indústria de transformação provoca déficit comercial histórico. Valores em US\$ milhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
2000	45.968	49.136	-3.168
2001	47.748	49.219	-1.471
2002	48.652	40.652	8.000
2003	58.504	40.537	17.967
2004	77.137	51.626	25.511
2005	94.016	60.781	33.235
2006	107.320	75.069	32.251
2007	121.908	99.950	21.958
2008	141.890	143.184	-1.294
2009	104.608	109.976	-5.368
2010	128.350	159.103	-30.753
2011 (até junho)	69.296	90.526	-21.230

Fontes: Secex/ALICE, Mdic e IEDI

Sempre no vermelho>>

(Balança comercial do segmento de manufaturados em Goiás. Valores em US\$ milhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
1998	28,94	225,49	-196,75
2000	25,92	315,22	-289,31
2001	33,24	336,00	-302,76
2004	69,08	509,52	-440,44
2007	198,49	1.550,00	-1.351,51
2009	193,23	2.655,59	-2.462,36
2010	247,20	3.969,25	-3.722,05
2011 (até julho)	326,12	2.794,36	-2.468,24

Fonte: Secex/Mdic



Flávio Castelo Branco: desoneração integral da folha de pagamentos

CENÁRIO GLOBAL EXIGE MAIOR AGRESSIVIDADE

A crise atual, que ocorre em meio a um processo de mudanças estruturais na economia do globo, com transposição do eixo de crescimento para as economias asiáticas – e destacadamente em direção à China – tornou ainda mais acentuadas as condições já adversas enfrentadas pela indústria brasileira. A aparente especialização do Brasil como fornecedor de produtos primários e intensivos em recursos naturais tem assegurado, até aqui, saldos positivos na balança comercial. Mas, nos mercados de bens manufaturados, observa Flávio Castelo Branco, da CNI, as distorções provocadas pelo crédito caro, logística deficitária e uma política de proteção

comercial até o momento claudicante e a franca desaceleração das economias centrais, com consequente elevação da capacidade ociosa, tornaram a concorrência estrangeira mais acirrada, tanto lá fora, com perda de terceiros mercados marcadamente para produtos de origem chinesa, quanto aqui dentro, com a escalada das importações.

Será necessário, sustenta Castelo Branco, contar com um conjunto de medidas mais ambiciosas, com benefícios tributários amplificados e doses mais agressivas de estímulos rumo à inovação e a práticas mais ágeis de proteção

contra a concorrência desleal ou francamente irregular. Nessa linha, o economista da CNI defende uma desoneração geral da folha de salários, sem a criação de outras formas de tributação, como proposto para setores intensivos em mão de obra, como confecções, calçados, móveis e produção de softwares, considerados mais sensíveis à valorização cambial e à concorrência internacional. Para compensar a isenção sobre a folha salarial, esses segmentos passarão a recolher à Previdência contribuição equivalente a 1,5% sobre o faturamento, subindo para 2,5% no caso dos softwares.

DEPRECIÇÃO ACELERADA

Flávio Castelo Branco anota pelo menos duas ausências entre as medidas do Plano Brasil Maior, que deverão merecer a atenção das federações da indústria e de suas lideranças na mobilização em curso para comover o governo a incrementar a nova política industrial. A área técnica da CNI sugere a adoção da depreciação acelerada de bens agregados ao ativo fixo das empresas como forma de estimular o investimento. Esse mecanismo, diz o economista, pode ser um importante instrumento para assegurar maior atratividade aos projetos de investimento, com custo fiscal reduzido e transitório para o Tesouro.

Na área da inovação, a CNI defende a necessidade de modificações no sistema de subvenções econômicas às empresas, considerando com especial carinho a ampliação dos incentivos para as empresas que atualmente operam sob a sistemática de recolhimento de impostos e contribuições com base no lucro presumido.

O economista da CNI lembra que o Brasil sempre apresentou o que ele chama de “déficit” na implantação de decisões anunciadas pelo governo. A normatização e regulamentação dessas medidas, quando não chegam com atraso excessivo, colocam restrições e limitações que acabam reduzindo a “efetividade das decisões originais”.

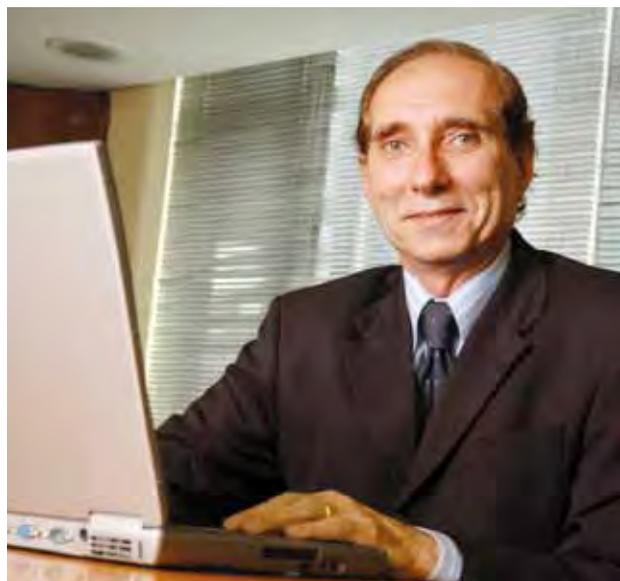
Várias das medidas trazem em comum o prazo de validade até dezembro de 2012, prossegue Castelo Branco, horizonte considerado insuficiente para estimular decisões de longo prazo pelas empresas. “O ideal seria assegurar sua efetividade de forma permanente e assim reforçar a confiança quanto a decisões de investimento”, reforça.

O MAIOR ACERTO E A GRANDE FALHA

Economista do Iedi, Júlio Sérgio Gomes de Almeida acredita que o maior acerto do Plano Brasil Maior está nas medidas de reforço à inovação, lembrando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) decidiu criar um programa que financiará o conjunto das atividades inovadoras desenvolvidas pelas empresas.

Até aqui, as linhas convencionais de financiamento à inovação ficavam limitadas a projetos específicos, com foco exclusivo na produção

*Júlio Sérgio Gomes de Almeida:
produtividade ficou fora do plano*





de novas tecnologias. Sob o ponto de vista empresarial, a ampliação do escopo desse tipo de apoio permitirá que as empresas explorem soluções não necessariamente amarradas ao avanço tecnológico, mas igualmente inovadoras, como a internacionalização de suas operações. A grande falha, além da ausência de medidas macroeconômicas que promovam a competitividade sistêmica de toda a economia, está na falta de programas, com incentivos e metas definidas, para a promoção da produtividade. A inovação, de fato, é imprescindível, argumenta Gomes de Almeida, mas nem mesmo a melhor política industrial poderá ser bem sucedida sem maior produtividade e políticas de suporte ao setor produtivo.

REMÉDIO DE CURTO PRAZO

“Não há setor que não tenha sentido o impacto causado pelas importações”, reclama Manoel Paulino Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis). Por isso, ele acredita que as novas diretrizes fixadas para a política industrial deverão contribuir, ainda que timidamente, para aliviar a pressão dos importados no setor.

Barbosa entende que o plano anunciado no começo de agosto concentrou-se “muito na questão cambial” e veio para “remediar uma situação de momento”. “Se você perguntar se o setor ficou feliz, a resposta é negativa. O País precisa de um projeto de longo prazo, que dê sustentação à indústria e competitividade num horizonte mais amplo”, declara.

De qualquer forma, a desoneração da folha de pagamentos não deixa de ser bem-vinda, segundo ele, já que os custos salariais representam 34% do preço final dos móveis. A indústria do setor passará a ser taxada em até 1,5% sobre o faturamento bruto e a mudança, imagina Barbosa, deverá significar redução de “no máximo 3,5%” nos encargos trabalhistas. “O go-

A nova política industrial >>

(Balança comercial do segmento de manufaturados em Goiás. Valores em US\$ milhões)

Principais medidas	Descrição	Renúncia fiscal (2001/2012)
Desoneração da folha de pagamento	Projeto piloto até 2012, terá medidas acompanhadas por um comitê tripartite formado por governo, sindicatos e setor privado. Beneficia setores com uso intensivo de mão de obra: confecções, calçados e artefatos, móveis e software. Cai a alíquota de 20% ao INSS, substituída pela alíquota de 1,5% e 2,5% (software)	R\$ 2,60 bilhões
Redução do IPI sobre bens de investimento	Prazo estendido até dezembro de 2012	R\$ 8,03 bilhões
Redução do prazo de créditos do PIS/Pasep e Cofins	Apropriação passa a ser imediata, diante de 12 meses atualmente	R\$ 7,90 bilhões
Ampliação do Simples Nacional	Reajuste de todas as faixas de faturamento em 50%	R\$ 8,84 bilhões
Ampliação do Micro Empreendedor Individual (MEI)	Limite sobe de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil	R\$ 844,0 milhões
Criação do Reintegra	Devolução dos créditos residuais acumulados na cadeia produtiva em até 3% do valor de bens manufaturados exportados	R\$ 8,0 bilhões
Ressarcimento de créditos fiscais a exportadores	Empresas com escrituração fiscal digital terão pedidos processados automaticamente a partir de outubro deste ano, com pagamento em 60 dias. A escrituração digital será obrigatória para todas as empresas a partir de março de 2012	-
Compras governamentais	Regulamentação da Lei 12.349/2010. Institui margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras Intensificação de medidas antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias.	-
Defesa comercial	Contratação de 150 novos servidores para o Inmetro. Aumento de 30 para 120 no número de investigadores	-

Fonte: Mdic



Financiamento ao investimento>>

- Extensão do Programa de Sustentação do Investimento até dezembro de 2012, com orçamento de R\$ 75 bilhões e juros de 4% a 8,7%, com inclusão de novos setores e programas: componentes e serviços técnicos especializados; equipamentos de informática e telecomunicações; ônibus híbridos; Proengenharia; Linha Inovação Produção
- Ampliação de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas (BNDES Progeren), com orçamento ampliado de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 10,4 bilhões, taxa de juro de 10% a 13% ao ano e extensão do prazo de 24 para 36 meses. Vigência prorrogada até dezembro de 2012. Novos setores incluídos (para médias empresas): autopeças, móveis e artefatos
- Relançamento do Programa BNDES Revitaliza, com recursos de R\$ 6,7 bilhões e juros fixos de 9%. Prazos flexíveis conforme projeto. Vigência até dezembro de 2012. Novo setor incluído: autopeças
- Criação do Programa BNDES Qualificação, com orçamento de R\$ 3,5 bilhões, destinado a apoiar a expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante reguladas pelo MEC. Taxa de juros máxima de 8,3% ao ano

Financiamento à inovação>>

- Finep terá crédito adicional de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira de inovação em 2011, a taxas de 4% a 5% ao ano
- BNDES oferecerá linha de crédito pré-aprovado para planos de inovação das empresas. Inclusão de planos plurianuais de inovação das empresas do BNDES Limite de Crédito Inovação
- Ampliação dos programas setoriais do BNDES, com orçamento reforçado e condições de acesso aos programas Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico
- BNDES financiará projetos para redução de emissões, apoiando o desenvolvimento tecnológico e a comercialização de bens de capital com selo de eficiência energética do Inmetro e crédito para linhas de equipamentos dedicados à redução de emissões de gases de efeito estufa (Fundo Clima – MMA)

verno está apenas devolvendo o que havia sido onerado no passado”, constata.

Com perto de 1,3 mil empresas em operação no Estado e perto de 13 mil empregos diretos, a indústria moveleira deverá crescer entre 8% e 10% neste ano, impulsionada pelo avanço do setor imobiliário, estima o Sindmóveis. Mas para Barbosa será um crescimento enganoso, porque a indústria local estará apenas ocupando o espaço deixado pelas empresas do Sul, que vendiam seus móveis no Estado. “Estamos retomando esse mercado como resultado da maior eficiência alcançada por nossas empresas”, avisa o empresário.

“O País precisa de um projeto de longo prazo, que dê sustentação à indústria e competitividade num horizonte mais amplo”

Manoel Paulino Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis)





CRIANDO EMPREGOS NA CHINA

Até o momento, uma dezena de confecções de Goiânia passou a encomendar roupas prontas diretamente da China, diante dos custos mais baixos e da excelência já alcançada pela produção. “A qualidade do vestuário chinês é de ponta e os custos são em torno de 20% mais baixos”, compara Edilson Borges de Sousa, presidente do Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia (Sinroupas).

“Estamos vivendo a desindustrialização em Goiás devido à avalanche de importados, principalmente da China e também de outros Estados, que acabam servindo de trampolim para a entrada de produtos estrangeiros”, confirma José Divino Arruda, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest). Por este, entre outros motivos, a indústria goiana do vestuário, que reúne ao redor de 9,5 mil a 10 mil empresas em todo o Estado, empregando 140 mil pessoas diretamente e quase 200 mil em toda a cadeia, incluindo ainda lavanderias, indústrias de acabamento e de pedrarias e demais segmentos agregados, recebeu o Plano Brasil Maior com expectativa cautelosamente positiva. Arruda acredita que o plano representa o início de um diálogo que poderá conduzir a medidas de maior fôlego para apoiar a indústria. A desoneração da folha, providência destacada pelas lideranças sindicais do setor, que incluem ainda o presidente do Sindicato das Indústrias do Ves-

“Estamos vivendo a desindustrialização em Goiás devido à avalanche de importados, principalmente da China e também de outros Estados, que acabam servindo de trampolim para a entrada de produtos estrangeiros”

José Divino Arruda, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest)



Confeções: avalanche de importados estimula desindustrialização



tuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi, deverá dinamizar os negócios para as indústrias têxteis e do vestuário. Em Anápolis, a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos concentrava, no ano passado, 141 estabelecimentos, num total de 1.938 empregos diretos.

Os presidentes do Sinroupas e do Siva têm dúvidas ainda sobre como se dará a aplicação das medidas na prática e aguardam sua regulamentação para avaliar seus impactos concretos sobre o setor. Há incerteza, por exemplo, sobre qual será o tratamento a ser dispensado a empresas incluídas no Super Simples, que simplificou e reduziu a carga tributária para empreendimentos de pequeno porte. Mas tanto Sousa quanto Rizzi destacam a disposição demonstrada pelo gover-

no de combater a concorrência desleal promovida pelos importados. “O governo entendeu a necessidade de aplicar medidas de proteção contra práticas desleais de comércio, especialmente no caso da China”, afirma Rizzi. Por sua vez, Sousa ressaltava a decisão de ampliar os poderes do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), que passará a averiguar a qualidade do vestuário importado, e de incrementar a fiscalização nesta área, como forma de proteger o produto nacional. Arruda vê com bons olhos, ainda, a desoneração dos investimentos e das exportações, aumento de recursos para inovação, aperfeiçoamento do marco regulatório de inovação, e o reforço às linhas para micro, pequenas e médias empresas.



“Os mais prejudicados são as empresas que trabalham diretamente com produtos como jeans, brins, malhas e tecidos planos de algodão”

José Divino Arruda

PROBLEMAS INTERNOS

Além das dificuldades causadas pelas importações, o presidente do Sinvest, José Divino Arruda, aponta uma série de fatores que têm influenciado de forma negativa a produção, as vendas e os investimentos da indústria do vestuário neste ano. A alta de 170,6% nos custos do algodão, a mais forte em 11 anos, e o encarecimento de 65% nos preços dos tecidos, detalha ele, fizeram as vendas caírem perto de 30% neste ano. “Os mais prejudicados são as empresas que trabalham diretamente com produtos como jeans, brins, malhas e tecidos planos de algodão”, avalia.

O presidente do sindicato cobra dos poderes públicos estadual e municipal maior apoio a ações que podem gerar vendas, multiplicar empregos e atrair investimentos para o Estado, além de fortalecer o turismo de negócios em Goiás, lembrando que outras regiões adotam políticas mais agressivas nas áreas de divulgação e de promoção. “Para se ter uma ideia, Minas Gerais realiza seu evento de moda com um custo aproximadamente de R\$ 15 milhões por ano e nós não conseguimos nem 0,5% desse valor”, reclama. “Se produzimos com qualidade e não atraímos compradores, estamos deixando espaço para outros concorrentes, principalmente do segmento informal”, acrescenta.



EM BUSCA DE NOVO FOCO ESTRATÉGICO

A indústria de produção de softwares do Estado atravessa fase de consolidação, com tendência à concentração do número de empresas e do volume de negócios em torno dos maiores fabricantes. Esse cenário não deverá sofrer modificações radicais em função da nova política industrial, ainda que ela tenha criado mecanismos que poderão estimular as empresas locais a buscar novos rumos, incrementando os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Os impactos da tão esperada desoneração da folha de salários, avalia Marcos Vilela Fonseca, presidente do Sindicato das Empresas de Informática e de Telecomunicações do Estado de Goiás (Sindinformática), vão depender da situação particular de cada empresa, já que o setor estará sujeito a uma contribuição previdenciária de 2,5% sobre o faturamento bruto. Aquelas com maior folha e receita proporcionalmente menos expressiva serão mais beneficiadas. “No geral, acredito que haverá desoneração em 90% dos casos, mas nossa reivindicação era para que pudéssemos ser enquadrados como microempresa, sem incidência de qualquer encargo”, afirma.

A realidade goiana, no entanto, continua Fonseca, carrega particularidades que tornam qualquer tipo de avaliação mais complicada. “A grande maioria das empresas locais produz softwares de gestão, produto que já está se tornando uma commodity, num mercado praticamente saturado”, diz ele. A entrada de multinacionais e de grandes empresas de outros Estados derrubou os preços e levou a uma concentração no setor, com aquecimento dos negócios de aquisições e fusões. Como alternativa para sustentar o crescimento futuro dessa indústria, Fonseca sugere a migração do foco do negócio para a exportação de softwares, especialmente nas áreas de sistemas de automação bancária, segmento em que o País é líder, e de automação comercial, aproveitando a expertise acumulada no processo de



“No geral, acredito que haverá desoneração em 90% dos casos, mas nossa reivindicação era para que pudéssemos ser enquadrados como microempresa, sem incidência de qualquer encargo”

*Marcos Vilela Fonseca,
presidente do Sindinformática*

digitalização da escrituração contábil e fiscal das empresas.

A partir de 1º de janeiro próximo, aponta Fonseca, está prevista a integração de todas as empresas no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), com base em um sistema padronizado a ser fornecido pela Receita Federal. A migração para o Sped, acredita o presidente do Sindinformática, deverá abrir novas frentes de negócios para o setor, o que poderá, por sua vez, facilitar a mudança estratégica pretendida pelo sindicato. Esse processo poderá ser favorecido, ainda, pelos recursos destacados para subvencionar a inovação e pela maior oferta de crédito para investimentos nesta área, como parte do pacote da nova política industrial.

MENOS IMPOSTO, MAIS BARREIRAS

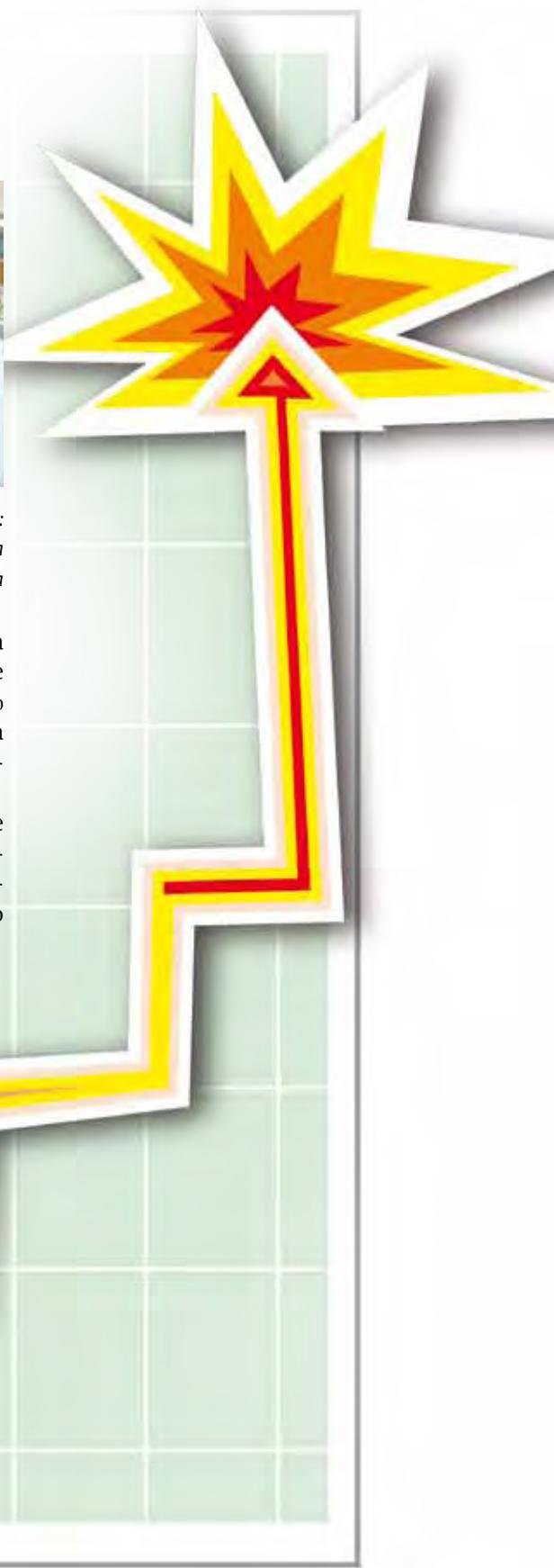
Com três centenas de empresas em operação, em torno de 7 mil empregados, que produzem 400 mil pares por mês, a indústria goiana de calçados também sofre com a concorrência dos produtos chineses e espera alguma melhoria. A desoneração parcial anunciada pelo governo, observa Elvis Roberson Pinto, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado de Goiás (Sindicalce), deverá contribuir para incrementar a produtividade, mas não na medida necessária.



Elvis Roberson Pinto, do Sindicalce: concorrência chinesa ainda é ameaça para o setor calçadista

O setor torce para que o governo estadual envie à Assembleia Legislativa proposta para reduzir o ICMS cobrado de fabricantes de porte médio e grande, que estão fora do Supersimples e se sujeitam a alíquotas entre 12% e 17%. Na prática, com a aplicação do crédito outorgado, a alíquota efetiva reduz-se para 10%, ainda considerada excessiva em tempos de dólar barato e concorrência acirrada.

O Sindicalce, que programa a realização da Moda Couro para o início de dezembro, reclama ainda medidas de proteção comercial contra a triangulação promovida por indústrias chinesas, que burlam as barreiras criadas no Brasil e conseguem exportar seus produtos como se tivessem sido fabricados na Malásia e no Vietnã.



“O Plano Brasil Maior não tem no arcabouço indicativos convincentes de que veio para resolver”

Eduardo Cunha Zuppani, vice-presidente do Sindquímica-GO e presidente do Conselho Temático de Política Fiscal e Tributária da Fieg



UM PLANO REAL PARA O PAÍS

No dia 2 de agosto, a presidente Dilma Rousseff apresentou ao País a proposta de uma nova política industrial – o Plano Brasil Maior. Um dos focos: reduzir a zero a alíquota de 20% para o INSS de setores sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional e intensivos em mão de obra, como confecções, calçados, móveis e softwares. Em contrapartida, será cobrada contribuição sobre o faturamento com alíquota a partir de 1,5%, de acordo com o setor.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, classificou as medidas então propostas como uma resposta à concorrência predatória imposta pelos países desenvolvidos frente à crise econômica internacional.

Portanto, o Plano Brasil Maior é um conjunto de boas intenções. No entanto, seu contexto é limitado, a se ver da opção por uma abrangência setorial, o que induz à compreensão de que é pontual e momentâneo, e não propriamente estratégico. Da proposta da presidente ficou também o sentimento de que o plano é muito mais reativo do que propositivo, se tem como um dos enfoques principais o enfrentamento da concorrência externa. Mas a vida que pulsa na atividade produtiva está dentro do País. E é preciso que, antes de mais nada, fale a necessidade do dia-a-dia das empresas, não o global da competitividade internacional, embora seja esta também uma questão séria.

Diante da empresa nacional se apresentam pelo menos dois magnos desafios: a complexidade dos procedimentos burocráticos e tributários e o buraco negro na logística, o que faz apenas ampliar o espaço para que vingue a concorrência predatória do produto importado.

Se queremos crescer, e em condições de efeti-

vamente competir, temos de investir em educação. É o modelo exibido pelos emergentes e casos específicos da China e da Coreia. O Plano Brasil Maior não consulta esse fundamento estratégico.

Na proposta da redução a zero da alíquota do INSS, há um enigma: será cobrada contribuição sobre o faturamento com alíquota a partir de 1,5% de acordo com o setor. É redução de tributação ou substituição de método na arrecadação? Portanto, é um incentivo ou outro modelo de fiscalização das empresas, já que o plano garante que o Tesouro Nacional arcará com a diferença para cobrir a eventual perda de arrecadação da Previdência? Tem mais: a medida funcionará como projeto piloto até dezembro de 2012 e seu impacto será acompanhado por uma comissão tripartite, formada por governo, setor produtivo e sociedade. Tudo, portanto, com o sabor de temporário. E os desafios do Brasil de hoje exigem ações concretas, factíveis e imediatas.

Em conclusão: o Plano Brasil Maior não tem no arcabouço indicativos convincentes de que veio para resolver. Ao contrário, parece mais para mascarar a realidade cruelmente exposta na face desafiadora do “custo Brasil”.

Fica faltando a proposta fundamental, que é a discussão aberta do modelo com a sociedade. Se novas medidas foram prometidas pela presidente, e a serem tomadas em conjunto com o setor privado, este é o apelo que requer compromisso concreto. Por que, por exemplo, não chamar a CNI à mesa para ver o que o País quer, se o comitê para essa discussão terá em mãos para discutir apenas o que já está colocado?

Para um Brasil maior, temos de pensar um pouco mais.

MENOS BUROCRACIA, MAIS DESENVOLVIMENTO

Entidades do setor produtivo da região reúnem-se pela segunda vez e avançam na formulação de uma agenda comum para promover o crescimento

Reunido pela segunda vez, agora na sede da Fieg, em Goiânia, o Fórum das Entidades do Setor Produtivo do Centro-Oeste avançou na consolidação de uma agenda comum destinada a implementar novíssimo programa de desenvolvimento para a região, numa união inédita entre associações e federações da indústria, da agricultura e do comércio de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. Anfitrião do encontro, o presidente

da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, defendeu um “mutirão de desenvolvimento” na região, com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) assumindo papel de protagonista nesse processo.

Paulo Afonso Ferreira, diretor secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou o “papel histórico” do fórum ao promover a aproximação entre as entidades do setor produtivo da região e “aglutinar a região em defesa dos incentivos fiscais”. Além de Pedro Alves e Paulo Afonso, também participaram do segundo encontro, ocorrida no dia 22 de agosto, o superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado, o vice-governador de Goiás, José Éliton, então na condição de governador em exercício, representantes dos ministérios de Desenvolvimento e da Educação e de 12 entidades produtivas do Centro-Oeste.

Em reunião fechada, foi aprovada, entre outros pontos, a criação de um comitê permanente em defesa da reforma tributária e da simplificação do sistema fiscal. A pauta mais imediata do comitê inclui a convalidação dos incentivos concedidos pelos Estados e a reformulação do quórum para decisões no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para três quintos. Hoje, o conselho só toma decisões por unanimidade entre os secretários estaduais de Fazenda.

O setor produtivo reivindica ainda participação efetiva na definição do orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e participação paritária no Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel), entre outras deliberações. “A expectativa é de que a Sudeco seja um órgão ágil, aberto e transparente, com o mínimo de burocracia, voltado exclusivamente para o crescimento da região”, reforçou Pedro Alves.



Novo quórum: setor produtivo quer que projetos do Confaz sejam aprovados por três quintos dos votos

UM PLANO PARA O MEIA PONTE

Com oito anos de atraso, o comitê da bacia hidrográfica de um dos principais rios goianos começa a operar de fato e precisa correr para salvar o manancial

Empossada no início de agosto, na Casa da Indústria, a primeira diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte corre para montar seu planejamento estratégico com o propósito mais do que ambicioso de contribuir decisivamente para a recuperação daquele manancial. “Se Londres conseguiu recuperar o Rio Tâmisa, tornando-o piscoso novamente, por que não vamos alcançar o mesmo com o Meia Ponte, com muito mais informações e conhecimento do que lá atrás?”, declarou o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, Leonardo Vilela, no ato de assinatura do termo de posse da diretoria do comitê.

Uma chapa de consenso conduziu o presidente do Conselho Temático do Agronegócio da Fieg, Igor Montenegro, à presidência do comitê, que tem na vice-presidência o representante em Goiás da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), Marcos Correntino. A secretaria executiva está a cargo do prefeito de Teresópolis de Goiás, Uilton Pereira, que também representa o Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental do João Leite.

O comitê, na verdade, existe desde 2003, mas vinha operando precariamente por falta de suporte e de recursos da Semarh, afirma Correntino. A expectativa é de que o comitê, daqui para frente, disponha dos recursos necessários para cumprir as funções fixadas pela legislação ambiental. O primeiro objetivo será desenhar e aprovar as propostas que deverão ser incorporadas ao plano estadual de recursos hídricos e o próprio plano de utilização, conservação, proteção e recuperação do manancial.

Além de definir os valores e as formas de cobrança pelo uso da água no Meia Ponte, o comitê terá ainda a missão de conciliar os diver-



Planejamento estratégico: comitê da bacia do Meia Ponte discute soluções para o rio

sos interesses, em geral conflitantes, entre os usuários do rio e atrair os municípios na área de influência da bacia para participar de sua gestão. O interessante, sustenta Percy Soares, analista de sistema da área de meio ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é que a participação das prefeituras ocorra de forma paritária, para facilitar esse diálogo.

Situada no centro-sul goiano, a bacia do Meia Ponte ocupa 3,6% da área do Estado, cortando 38 municípios, que abrigam 48% da população goiana. Ameaçado pelo desmatamento, pelo avanço da agropecuária e pelo lançamento de esgotos sem tratamento, o rio é a principal fonte de abastecimento dos municípios da Grande Goiânia.



Sandra Catarina, da Adfego: fórum abre perspectiva de soluções efetivas

A CORRIDA PELA INCLUSÃO

Ampliado e reforçado por um conjunto representativo de novos parceiros, fórum buscará incluir no mercado de trabalho mais de 30 mil pessoas com deficiência

Vencer o preconceito e buscar alternativas para inclusão social e econômica das pessoas com deficiências ou reabilitadas serão os grandes desafios a serem enfrentados pelo Fórum de Empregabilidade e Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e/ou Reabilitadas em Goiás. O lançamento oficial do fórum está inicialmente previsto para a primeira quinzena de outubro, na Casa da Indústria, de acordo com a procuradora

Janilda Guimarães de Lima, do Ministério Público do Trabalho.

No formato atual, o fórum estadual começou a ser idealizado durante reunião que ocorreu em Anápolis, com a participação do presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares, de gestores de recursos humanos das indústrias do mesmo setor, representantes do governo federal, de associações e entidades

“O fórum será nosso ponto de apoio para tentar solucionar a dificuldade de incluir essas pessoas no mercado de trabalho”

Janilda Lima, Ministério do Trabalho



que representam as pessoas com deficiência. “O fórum será nosso ponto de apoio para tentar solucionar a dificuldade de incluir essas pessoas no mercado de trabalho, preparar os gestores para recebê-las, apoiar as empresas na sua contratação e sobre quais funções poderão ser ocupadas”, descreve Janilda. Segundo a procuradora, há 12 anos o Ministério Público trabalha para implantar uma rede ampla de parcerias nessa área, o que agora se tornou possível.

De acordo com Soares, um dos autores da proposta de ampliar a atuação do fórum para todo o Estado, envolvendo ainda o Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg no processo, a entidade terá também como objetivo mapear a demanda por mão de obra entre empresas sujeitas a cotas, que deverão ser preenchidas por força de lei por pessoas com deficiências, e a oferta de pessoal, fazendo a articulação entre o setor privado, as associações e entidades envolvidas na questão.

Objetivos>>

- Sensibilizar as empresas para os aspectos legais, sociais e econômicos da empregabilidade das pessoas com deficiências e/ou reabilitadas;
- Sensibilizar a pessoa com deficiências e/ou reabilitada e sua família para as vantagens, oportunidades e requisitos de inserção no mercado de trabalho;
- Promover a capacitação das pessoas com deficiências e/ou reabilitadas para acesso ao mercado;
- Apoiar as empresas na preparação para a empregabilidade das pessoas com deficiências e/ou reabilitadas;
- Divulgar ofertas de vagas para pessoa com deficiências e/ou reabilitadas no mercado de trabalho;
- Divulgar a procura de emprego pela pessoa com deficiências e/ou reabilitadas;
- Disseminar experiências de sucesso nas empresas e associações;
- Promover a cooperação entre empresas, governo e organizações que trabalham com pessoas com deficiências e/ou reabilitadas;
- Apoiar as empresas no cumprimento da obrigação legal (Lei 8.213/91 e Decreto 3.298/99)

A ESTRUTURA DO NOVO FÓRUM

Resultado da parceria entre 23 instituições, a direção do fórum será dividida entre empresários, associações de pessoas com deficiência e governo, todos com acento. Cinco comissões tratarão de questões de interesse imediato e de assuntos estruturais, envolvendo as áreas de comunicação, capacitação, gestão de banco de dados, estatísticas e de assuntos institucionais. O setor de capacitação, por exemplo, será responsável pela captação de verbas e pela articulação com instituições do Sistema S com o objetivo de promover a capacitação da mão de obra, como forma de adequar a oferta às necessidades do mercado, observa Marçal Henrique Soares. As empresas, de seu turno, deverão investir em acessibilidade. “Um dos focos do fórum será sensibilizar e dar suporte a empresários, gestores e a todos os setores das empresas para receber pessoas com deficiências ou reabilitadas”, reforça Soares.

*Marçal Soares, do Sindifargo:
capacitação de pessoal e
apoio às empresas*



OFERTA DE VAGAS PODE ATINGIR 30 MIL

Numa avaliação preliminar, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), até o ano passado, Goiás registrava 1.165 empresas com mais de 100 funcionários, num total de 714,27 mil empregados. Considerando-se o sistema de cotas para pessoas com deficiência, regulamentado pelo decreto 3.298, de 1999, essas empresas poderiam abrir 30,3 mil vagas, representando 4,2% dos empregos registrados em 2010.

Praticamente 75% dessas vagas se encontram em empresas com mais de 1.001 funcionários, que são obrigadas a reservar 5% das colocações para pessoas com algum tipo de deficiência.

A indústria de transformação e a construção, pela ordem, respondem por 25,2% e 46,6% da oferta potencial, somando 71,8% do total ou 21,757 mil vagas.

Organizações, entidades e empresas parceiras>>

- Federação das Indústrias do Estado de Goiás
- Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg
- Sindicato das Indústrias Farmacêuticas de Goiás
- Secretaria de Cidadania e Trabalho de Goiás
- Ministério Público do Trabalho
- Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás (Adfego)
- Associação das Mulheres Deficientes Auditivas e Visuais de Goiás (Amdas/GO)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (Sebrae Goiás)
- Ministério Público do Estado de Goiás
- Reabilitação Profissional / INSS – Gerência Executiva - Goiânia
- Associação Brasileira de Recursos Humanos de Goiás (ABRH-GO)
- Federação das Apae de Goiás
- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae Goiânia)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Goiás)
- Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás)
- Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás)
- Associação de Deficientes Visuais (Adveg)
- Associação de Surdos de Goiânia (ASG)
- Associação Pestalozzi
- Associação dos Deficientes de Anápolis (ADA)
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/GO)
- Gerência de Ensino Especial / Secretaria de Educação
- Federação das Associações Pestalozzi de Goiás (Faspego)

Sandra Catarina Pantaleão, instrutora da Associação de Deficientes Físicos do Estado de Goiás (Adfego), elogia a iniciativa de criação do fórum e sua representatividade ampliada com a inclusão do setor privado. “Nenhuma ação (de inclusão) surtiria efeito sem essa participação. Por esse motivo, vejo a possibilidade de soluções efetivas”, comemora.

De acordo com ela, há uma divergência entre demanda e oferta, já que os profissionais portadores de deficiência vêm se qualificando para desempenhar, em grande medida, funções administrativas e gerenciais, mas a oferta de colocações tem incluído, em geral, cargos de portaria, serviços de limpeza, vigilância e callcenter. “As vagas precisarão ser criadas de acordo com o perfil desses profissionais”, sustenta.

CURSO VIRTUAL INICIANDO NO MERCADO DE AÇÕES

Assista o novo Curso Virtual Iniciando no Mercado de Ações e aprenda a investir na Bolsa de Valores com a alta qualidade de ensino oferecida pela CMA e custo acessível, em qualquer horário no conforto da sua casa!

- CONFORTO E COMODIDADE
- GARANTIA DE QUALIDADE DE ENSINO CMA
- CUSTO ACESSÍVEL
- 30 DIAS DE ACESSO PARA ASSISTIR QUANTAS VEZES FOR NECESSÁRIO
- MODERNO FORMATO VÍDEO AULA (INTERAÇÃO ENTRE INSTRUTOR E SLIDES)

CMA *Educacional*

(11) 3053-2700



EDUCACIONAL@CMA.COM.BR
WWW.CMAEDUCACIONAL.COM.BR

PARCERIA RENOVADA

Nova edição da agenda relaciona 35 projetos de lei em tramitação na Assembleia, dos quais 20 são considerados divergentes em relação aos interesses da indústria

Em sua sétima edição, a Agenda Legislativa, lançada no dia 13 de setembro pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), numa parceria desenvolvida desde 2005 com a Assembleia Legislativa do Estado, contempla 35 projetos atualmente sob análise dos deputados estaduais, envolvendo assuntos econômicos e tributários, além das áreas de infraestrutura, meio ambiente, institucional, relações do trabalho, ciência e tecnologia e relações de consumo. Desses, 20 apresentam propostas consideradas divergentes pelo setor industrial e 15 recebem avaliação positiva do setor, ainda que com ressalvas.

A solenidade, ocorrida na Casa da Indústria, foi comandada pelos presidentes da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e da Assembleia, o tucano Jardel Sebba. “A colaboração existente entre as lideranças empresariais e político-administrativas em Goiás é importante fator indutor do desenvolvimento socioeconômico do Estado”, afirmou Pedro Alves. Da mesma forma, o deputado Jardel Sebba destacou a parceria com a Fieg e prometeu transparência e maior acesso público aos processos que tramitam na Casa.

A aproximação entre deputados e empresários, prosseguiu Pedro Alves, cumpre o objetivo não menos relevante de contornar obstáculos que poderiam surgir a partir da aprovação de medidas excessivamente burocráticas ou inócuas e, ainda, sem a previsão de mecanismos que permitam sua aplicação prática. Entre outros projetos, o diretor técnico da Fieg, Wellington da Silva Vieira, apontou os que antecipam a entrada em vigor da lei que proíbe o uso de sacolas plásticas no varejo, determinando sua substituição por outras com aplicação de material biodegradável, e os determinam a ampliação da área de reserva legal no Estado de 20% para 25%.

Segundo ele, no primeiro caso, persistem sérias dúvidas técnicas quanto ao impacto ambiental e em relação à viabilidade da utilização de materiais alternativos ao plástico. No segundo, o temor diz respeito à perspectiva de criação de novos passivos ambientais e de redução da oferta de matérias-primas básicas. Numa outra perspectiva, receberam avaliação positiva, com ressalvas, os projetos que estabelecem a criação de créditos tributários em favor de contribuintes que exigem nota fiscal e que desoneram alimentos da cesta básica.



Pedro Alves de Oliveira e Jardel Sebba: maior aproximação entre parlamentares e empresário

UMA BASE PARA TODA A INDÚSTRIA

Sob nova direção, núcleo assume compromisso de assegurar seu apoio político e estratégico ao setor industrial goiano como um todo

Numa ampla articulação envolvendo representantes do todo o Sistema Fieg e dos sindicatos das indústrias com atuação em Anápolis, o Núcleo Regional da Fieg naquela cidade pretende se transformar numa base de apoio político e estratégico para todo o setor industrial. “Queremos ter participação efetiva no desenvolvimento econômico de Anápolis e de todo o Estado”, resume o empresário Ubiratan da Silva Lopes, que desde julho substituiu Waldyr O’Dwyer na presidência do núcleo anapolino.

De acordo com Lopes, atendendo a uma solicitação da presidência da Fieg, “cada cadeia produtiva do setor industrial receberá suporte estratégico e político do núcleo de forma indistinta, não importando se o sindicato que a representa está ou não baseado em Anápolis.” O

presidente do núcleo reforça seus argumentos, demonstrando que o esforço faz parte de “uma estratégia planejada para fortalecer a atuação do Sistema Fieg na região.”

A proposta é tornar mais visíveis os serviços que o sistema coloca à disposição das indústrias e dos industriários, muitos oferecidos gratuitamente, mas ainda não suficientemente conhecidos. Essa maior visibilidade, segundo Lopes, deverá resultar num consequente “fortalecimento das entidades que representam o setor produtivo de Anápolis e de todo o Estado.”

Para atingir os objetivos propostos, o empresário anuncia a criação de uma equipe, incluindo técnicos do Sistema Fieg, para trabalhar na prospecção de empresas ainda não filiadas a sindicatos. “O sistema dispõe de uma gama muito grande de serviços que poderão ser usufruídos pelas empresas, bastando que se associem a um sindicato”, declara ele. Lopes adianta, ainda, que tem planos de ampliar as instalações da sede atual do núcleo de Anápolis, possivelmente com sua transferência para novo endereço, em espaço mais amplo, que permita agregar novos serviços à indústria e a seus trabalhadores.

SOLENIIDADE CONCORRIDA

Durante evento realizado no salão de eventos do Sesi do Jundiá - Centro de Atividades Gilson Alves de Souza, Waldyr O’Dwyer, que então comemorou seu 95º aniversário, transferiu em julho a presidência do Núcleo Regional da Fieg para Ubiratan da Silva Lopes. Numa solenidade concorrida, lembra Lopes, participaram o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, o atual diretor secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira, o vice-governador José Éliton, à época representando o governador Marconi Perillo, o prefeito de Anápolis, Antônio Roberto Gomide, o deputado estadual José de Lima, os comandantes da Base Aérea de Anápolis, Alcides Barbacovi, e da Polícia Militar de Goiás, Raimundo Nonato, além dos presidentes dos seis sindicatos sediados em Anápolis, entre outras personalidades do mundo político e empresarial.

“Queremos ter participação efetiva no desenvolvimento econômico de Anápolis e de todo o Estado”

Ubiratan da Silva Lopes, presidente do Núcleo Regional da Fieg





Para o Sesi,
educação é uma questão
matemática.

A soma de uma série de fatores visando um só resultado: o ensino de qualidade.

O Sesi prioriza a educação como elemento fundamental ao desenvolvimento social. Para tal, conta com:

- Mais de 51 mil matrículas só em 2010
 - 14 Escolas em todo o Estado
- Mais de 600 professores, entre especialistas, mestres e doutores
 - 36 bibliotecas informatizadas
 - Acervo de mais de 100 mil exemplares
 - Várias turmas com aulas em tempo integral
- Diversas disciplinas extracurriculares, como música e teatro

No fim das contas, todo esse esforço multiplica as oportunidades para nossos alunos, que conquistam espaço de destaque em universidades de todo o País.

Murillo Vieira dos Santos* – Engenharia Elétrica – IFG
Ícaro Salgado de Lucena* – Engenharia Elétrica – UFMS

* Alunos do Sesi Votorantim Metais (Niquelândia)

Aprovados
pelo ENEM



Investir em educação faz bem.

O PLÁSTICO BOLHA GOIANO

Numa demonstração de agilidade para capturar oportunidades, a goiana Mult Injet vai dobrar sua capacidade e investe na produção de copos para requeijão

A goiana Mult Injet Indústria e Comércio de Embalagens Plásticas Ltda. tem se especializado na exploração de nichos de mercado. Numa demonstração de agilidade, desde novembro do ano passado, a empresa inaugurou uma atividade pioneira em toda a região Centro-Oeste, ao acionar a máquina importada da China para processar plásticos bolhas, a um custo estimado em R\$ 500 mil.

Com capacidade para 60 toneladas por mês, conta o empresário Mário Drummond, que também preside a Savama, outra fabricante de embalagens plásticas, a Mult Injet fornece sua produção para indústrias farmacêuticas, de

móveis e de produtos sensíveis, que não podem ser arranhados, a exemplo de eletroeletrônicos vendidos por empresas pontocom. Mais recentemente, a empresa passou a produzir plástico bolha para proteção de piscinas.

Até então, o plástico bolha era fornecido exclusivamente por empresas de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Mas o custo de frete, comenta Drummond, inviabilizou essa opção para as indústrias locais. “Para transportar 300 bobinas de 600 quilos, o setor precisava recorrer a carretas com capacidade para 28 mil quilos. Ou seja, estávamos pagando frete de vento”, constata o empresário. O plástico bolha produzido naqueles Estados chega a Goiás, atualmente, a um custo em torno de 37% mais elevado, na comparação com a alternativa oferecida pela Mult Injet.

O crescimento acima das expectativas animou Drummond a encomendar uma segunda máquina, igualmente de um fornecedor chinês, num negócio de R\$ 650 mil, o que vai dobrar a produção atual e exigir a abertura de mais seis vagas, além dos 42 empregos atuais. A nova linha, com capacidade para outras 60 mil toneladas, desembarca em dezembro e permitirá o processamento de embalagens com revestimento termoacústico.

Em outro negócio pioneiro na região, a Mult Injet iniciou a produção de copos plásticos para requeijão, num acordo com a Leitbom, incorporada à Lácteos Brasil desde dezembro do ano passado. Num investimento de R\$ 1,4 milhão, parcialmente financiado pela Finame, a linha de copos tem capacidade para 1,9 milhão de unidades por mês, das quais em torno de 1,5 milhão terão como destino o antigo Laticínios Morrinhos. “O produto está em fase final de validação, processo que deve ser concluído em 40 ou 60 dias”, arremata Drummond.



Mário Drummond, da Mult Injet: pioneiro na fabricação de plástico bolha no Centro-Oeste

NEGÓCIO DE PAI PARA FILHO

Retífica Cometa aproxima-se do 50º aniversário esbanjando vigor e disposição para enfrentar um mercado cada dia mais concorrido

“Nasci praticamente dentro da retífica”, orgulha-se Ailton Aires Mesquita, atual presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa). O ano era 1963, quando o País decidiu pôr fim a uma curta experiência parlamentarista e reconhecer João Goulart como presidente. Nesse ambiente de turbulências, Agostinho Martins Mesquita, pai de Ailton, criou a Retífica Cometa, a segunda da capital do Estado, instalada na esquina da Rua 55 com a Goiás, em Goiânia. Ailton nasceu com a empresa e, 19 anos depois, assumiu a gestão administrativa e financeira da retífica, que já havia se mudado para o endereço atual, na altura do número 3.700 da Avenida Anhanguera. Logo no começo, a Cometa empregava dez pessoas, relembra o empresário, e um dos grandes desafios da empresa desde então sempre foi a formação de mão de obra qualificada. “Havia pouquíssimas retíficas na cidade e poucos trabalhadores com qualificação, num setor que exige muita especialização”, relata Ailton.

De lá para cá, muita coisa mudou na política, na economia e no dia a dia das retíficas. Mas a Cometa manteve sua política de investimentos contínuos em formação, treinamento e capacitação de pessoal. “Investimos no ser humano porque sabemos a dificuldade para formar mão de obra especializada”, afirma Ailton. Isso ajuda a entender porque o principal retificador da empresa, Walter Martins Mesquita, aposentou-se, mas decidiu continuar na empresa depois de 47 anos de serviços prestados. Ele entrou para a Cometa em seu segundo ano de operação e não saiu mais. Walter faz parte de um seleto grupo de retificadores, diz Ailton, que consegue “afinar” um motor “de ouvido”, tamanha a sensibilidade e a precisão que adquiriu ao longo da carreira.

Entre treinamento e capacitação de pessoas e

aquisições de máquinas e equipamentos, a Cometa reinveste pelos menos 10% do resultado do negócio, o que é vital para a sobrevivência da empresa num setor que exige constante atualização tecnológica. “Sem contar os ferros velhos, que atuam na informalidade, são mais de 80 retíficas apenas em Goiânia, numa guerra diária de preços”, observa Ailton. Para conquistar espaços nesse mercado, que experimentou recuo de 20% no primeiro semestre deste ano, a Retífica Cometa aposta na qualidade do serviço e no atendimento diferenciado, sustenta o empresário.

“Investimos no ser humano porque sabemos a dificuldade para formar mão de obra especializada”



Walter, o retificador mais antigo, e Ailton, dono da Cometa: investimentos em pessoal para manter a qualidade do serviço



>> Curtume premiado

O 11 de setembro foi de felicidade para Emílio Bittar (Coming). Nesta data, ele voltou da China para Goiânia e trouxe na bagagem cobiçado prêmio da Confederação Mundial de Curtumes, oferecido pela revista *World Leather*. Sua indústria de couros foi considerada como O Melhor Curtume do Ano de 2011 das Américas. Bittar disputou com outro finalista, da República Dominicana, depois de uma eliminatória que selecionou as 15 melhores indústrias de todo o território americano. Ele recebeu o prêmio no Jambalaia, hotel de luxo em Xangai, ao lado do presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil, Wolfgang Goerlich (na foto à direita).

>> Reconhecimento

Ricardo Montes (Gráfica Amazonas) curte bom momento. No final de agosto, durante o Intermídias (Congresso e Feira Internacional de Comunicação, Informação e Marketing do Centro-Oeste), o empresário gráfico foi premiado em dez categorias da 7ª edição do Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica – Criação e Produção. Ele ganhou três medalhas de ouro, quatro de prata e três de bronze.

>> Software

Reilly Rangel (Tron) lança o Portal do Laris. Trata-se de uma rede social para os condôminos que contratam o Laris, software gerenciador de condomínios. Com o novo portal, contas e avisos podem ser acessados de qualquer lugar. A Tron produz softwares para contadores e administradores em geral há mais de 20 anos.



>> Sorvetes para americanos

Ismael Alves Almeida, seu pai Clóvis José de Almeida (Frutos do Brasil) e a mãe Milca vivem expectativa da finalização de processo junto à FDA, a Vigilância Sanitária norte-americana, para começarem a exportar seus sorvetes e picolés. No mês passado, a primeira remessa de produtos foi enviada ao órgão de fiscalização. Os fundadores da Milca (1996) e posterior Picolé do Cerrado (2000), que se tornou Frutos do Cerrado no ano passado, contam com mais de 100 lojas em todo o Brasil. Em almoço recente (foto), o trio em clima de pré-exportação reforçou que a mudança de nome recente foi estratégia essencial para divulgar ao mundo todos os biomas brasileiros, como Pampas e Floresta Amazônica. “Lá fora nem todo mundo conhece o Cerrado, mas ama o Brasil”, lembrou Ismael.

» Responsabilidade social

Gensérico Jayme Fernandes (Santa Tereza) e sua filha Maria Thereza (*de blusa xadrez azul, no piano*). O empresário marcou presença no projeto Domingo no Parque, que movimentou recentemente o Lago das Rosas, com recital de jovens instrumentistas integrantes da Asdown. Dono de indústria de materiais de escoramento para a construção civil, ele é um dos principais parceiros da instituição, com projetos de responsabilidade social para dar exemplo e arrebatar multiplicadores.



» Obra

O engenheiro Ademaldo Carlos Cabral e o médico Percival Rabelo (*foto*) comemoram parceria para inauguração de centro médico novinho em folha, prevista para a segunda quinzena de outubro. A obra terá oito pavimentos distribuídos em 5 mil metros quadrados.

» Reconhecimento

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) promoveu, dia 17 de setembro, no salão nobre do Clube Antônio Ferreira Pacheco, a entrega da Medalha do Mérito Ministro Aquino Porto. Em sua 5ª edição, a homenagem distingue empresários por relevantes serviços prestados às categorias representadas pela entidade. Presidente do Simelgo, Orizomar Araújo Siqueira (*na foto, com os homenageados e o diretor tesoureiro da Fieg, Hélio Naves*) condecorou os empresários Dourival José Mendes, da Matrimaq, Jerônimo David de Sousa, da Perfinasa, Antenor Alves, da ETG Telecomunicações, Carlos Leles, da Partone Hidráulica, Giovanni Meneghesso, da Tecnoesse, além do coordenador técnico da Fieg, Wellington da Silva Vieira, e o assessor do Senai José Gonzaga Ribeiro.





>> SIGEGO

Prêmio Aquino Porto

O Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) e a Associação Brasileira da Indústria Gráfica em Goiás (Abigraf-GO) anunciaram em agosto, durante evento (*foto*) no Câmpus 2 da Universidade Federal de Goiás (UFG), os vencedores do Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica – Criação e Produção. Em sua sétima edição, o prêmio recebeu mais de 500 inscrições, com participação de 17 gráficas e 14 agências de publicidade. Desde sua criação, em 2005, o Prêmio Aquino Porto já analisou 2,1 mil peças e distinguiu quase 600 autores de trabalhos gráficos.

Intermédias

Também em agosto, o Sigego apoiou o Congresso Internacional de Comunicação, Informação e Marketing (Intermédias), realizado pela UFG, Contato Comunicação e revista Marketing em Goiás. “O Intermédias foi um marco para o setor de comunicação em Goiás”, comentou o presidente do sindicato, Antônio de Sousa Almeida.



>> SINDIREPA

Encontro anual

O Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa) realizou o Encontro Anual das Retíficas do Estado de Goiás, no auditório da Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia. A programação incluiu a palestra sobre Práticas Comerciais de Sucesso e Normas Técnicas ABNT, com o presidente do Conselho Nacional de Retífica de Motores (Conarem), José Arnaldo Laguna. Houve ainda treinamento oferecido pela Mahle Metal Leve, exclusivo para retificadores, com a participação do gerente nacional de assistência técnica da empresa, Roberto Canassa. Participaram retíficas de todo o Estado (*foto acima*).



Poder disciplinar

O Sindirepa promoveu, em agosto, no Palácio da Indústria, palestra com o advogado Rafael Lara Martins, especialista em direito do trabalho, para falar sobre O Poder Disciplinar do Empregador, especificando os tipos de penalidades aplicadas, requisitos e interpretações (*foto*). A palestra fez parte do serviço de assessoria jurídica oferecido pelo sindicato no âmbito do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), da Confederação Nacional da Indústria.

» SINDICALCE

Ciclo de palestras

O Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce) realizou em agosto seu 1º Ciclo de Palestras, incluindo palestras sobre Logística Reversa do Setor Calçadista, com o engenheiro sanitário da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás, Osmar Mendes; Sensibilização para o Procompi (Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias), a cargo do economista Paulo Santos, da Apoio Consultores Associados; e Plano Brasil Maior – Impactos e Perspectivas, com o auditor contábil da Mapah Auditoria, Manoel Estevam.

» SINDMÓVEIS

Plano de ação

Voltado a empresas do setor moveleiro que integram o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), o Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis) realizou em setembro, na Casa da Indústria, encontro para elaboração do plano de ação, pactuação e apresentação do plano de resultados. O objetivo é ampliar a participação das empresas do setor no mercado goiano e reforçar suas chances de explorar oportunidades de negócios em outras regiões.

» SINDUSCON-GO

Legislação trabalhista

O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), em parceria com o Instituto Goiano de Direito do Trabalho, promove curso sobre legislação trabalhista aplicada, com aulas todas as segundas-feiras, entre 19 e 22 horas, na sede do sindicato, em Goiânia. Com encerramento previsto para 5 de dezembro, o curso vai promover o aperfeiçoamento e preparar profissionais para a tomada de decisões na relação diária entre empregado e empregador.

Sustentabilidade

Organizada pela Comunidade da Construção de Goiânia e pelo ICQ Brasil, o Sinduscon-GO realizou em agosto a segunda edição do Encontro sobre Construção e Sustentabilidade (Ecos). O tema central foi a aplicação de práticas sustentáveis como estratégia de negócio no setor da construção.

» SIFAEG

Projeto Agora

Na terceira edição do Experiment Motors, realizada em agosto, no Autódromo Internacional de Goiânia, o estande do Projeto Agora (*foto*) foi um dos mais visitados. No espaço, os visitantes tiveram acesso a informações sobre a cadeia produtiva sucroenergética, por meio de vídeos institucionais e também do Labirinto Canavial. Lançado em 2009, o projeto tem como objetivo integrar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e divulgar a importância da agroenergia renovável. O Sifaeg participa como patrocinador desde a primeira edição do projeto.



» SINVEST



Convenção coletiva

O Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest) e o Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas no Estado de Goiás firmaram acordo coletivo de trabalho referente ao período 2011/12. Com exceção das regiões de Anápolis e Goiânia, há mais de uma década o setor de confecções em Goiás não negociava sua convenção coletiva. Como novidade, o acordo entre as partes inclui a contratação ao HSBC de um seguro de vida em grupo em favor dos empregados no setor.

» NÚCLEO ANÁPOLIS

Sindicalismo social

Os sindicatos das indústrias abrigados no núcleo da Fieg em Anápolis participaram da 10ª edição do Mc Dia Feliz, realizado simultaneamente em diversas cidades brasileiras no dia 27 de agosto. O dinheiro arrecadado com a venda do sanduíche Big Mac foi revertido para instituições que assistem portadores infanto-juvenis de câncer. No Estado, a Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG) foi beneficiada. Participaram os sindicatos das Indústrias de Alimentação de Anápolis (Siaa), das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO), das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) e das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simea).



» SIAA

Novo presidente

O empresário Valdenício Rodrigues de Andrade assumiu, no início de agosto, a presidência do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (Siaa). O fato se deve ao licenciamento de Wilson de Oliveira do cargo (*em pé, na foto, ao lado de Andrade*), solicitado em virtude do acúmulo de compromissos à frente da presidência da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), na vice-presidência da Fieg e nas suas empresas.

>> SICMA

Qualificação de mão de obra

Na primeira reunião ordinária do segundo semestre de 2011, realizada em agosto, o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Álvaro Otávio Dantas Maia, juntamente com os diretores André Martins Codo e Luiz Ledra, fizeram um balanço sobre o resultado das parcerias com o Senai, para a realização de cursos de formação e qualificação direcionados ao setor. Segundo avaliaram, as empresas já enfrentam menos dificuldades para captar mão de obra, o que demonstra o acerto da política de parceria com o Senai e outras instituições, como a ABCP e o Instituto Federal de Goiás (IFG).



>> SIMEA

Quadras poliesportivas

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simea), Robson Braga, representou os presidentes da Fieg e do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis, Pedro Alves de Oliveira e Ubiratan da Silva Lopes, respectivamente, na solenidade de inauguração das quadras poliesportivas cobertas no Sesi da Vila Jaiara (foto). As obras das quadras e da cantina na referida unidade fazem parte de um pacote de investimento de aproximadamente R\$ 1,1 milhão.

>> SINDICER/GO

Encontro da cerâmica

O presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO), Henrique Morg de Andrade (foto), e o diretor administrativo Wesley Augusto Gonçalves participaram, em Vitória (ES), do 40º Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha, entre 24 a 27 de agosto. O evento reuniu o maior congresso anual de empresários e também a maior feira de máquinas e equipamentos voltados ao segmento em toda a América Latina.



>> SINDIFARGO

Plano diretor

O presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Marçal Henrique Soares (foto), participou no início de agosto de audiência pública promovida pela Prefeitura de Anápolis para discutir mudanças no Plano Diretor da cidade. Ele alertou que uma das propostas contidas na minuta do edital da audiência, que permite à fiscalização “analisar e reavaliar qualquer empreendimento, exceto uso residencial, que esteja em conformidade com o uso de solo já instalado no local requerido”, poderá configurar graves problemas de quebra de contrato e insegurança jurídica. Soares também defendeu maior participação das entidades do setor produtivo na discussão de projetos que venham alterar o Plano Diretor.



A presidente Dilma Rousseff terá de optar entre manter o atual método(...) ou romper com o costume de fartar-se com a mamata pública”

Demóstenes Torres, *senador*

A SERVIÇO DA SERVIDÃO

A sucessão de escândalos que atingiram o governo federal trouxe à tona o esquema de troca de favores que permitiu, nos últimos anos, o que se convencionou chamar de “governabilidade”. Mais que a baixa umidade relativa, a atmosfera ficou insalubre na Esplanada dos Ministérios, sem prejudicar as raízes das irregularidades. Ainda que vassoura e esfregão tornem o ar mais respirável, a presidente Dilma Rousseff terá de optar entre manter o atual método (as negociatas que permitiram ao seu antecessor ser popular a ponto de elegê-la) ou romper com o costume de fartar-se com a mamata pública.

Um dos primeiros setores afetados pela corrupção é o produtivo. Ela é responsável diretamente pelos gargalos de infraestrutura, pela concorrência desleal, pela aprovação de leis inibidoras do desenvolvimento. Desvia-se do sofrido porcentual à disposição da máquina de fazer estradas, de abrir caminho rumo ao primeiro mundo. Assim vão a ponte, o porto, o aeroporto, a ferrovia, a usina hidrelétrica, a BR, o investimento em pesquisa, Educação e formação de mão de obra. Portanto, mais que números da ladroagem, são os dados do atraso.

O perigo é a disseminação da ideia de estar tudo bem, “a presidente aceitou o pedido de demissão do ministro, zerou o problema”. Não. É preciso resgatar a quantia evaporada na má gestão e/ou no malfeito. Conclui-se como na música, “quem trabalha é que tem razão”, um contrapeso à máxima arraigada segundo a qual “o crime compensa”. No ciclo vicioso dos cargos, dá-lhe obra com aditivo, contratos estranhos, convênios esquisitos, tudo regamente bancado pela maior carga tribu-



tária do mundo. O que irriga a erva daninha nos tapetes dos órgãos públicos é o suor de quem dá duro para pagar em dia tantos impostos.

Em meio aos rumores de quebraadeira global, a máquina de arrecadar não cessa de dar alegrias aos burocratas. Agiotas do mundo inteiro são remunerados com o recurso extorquido nos juros altos que vitimam quem sustenta a balança comercial. Premia-se a especulação, pune-se a produção. O capital de giro das empresas se dissolve no preço do frete (que não vai para o bolso dos caminhoneiros), nos encargos trabalhistas (que não vai para o bolso dos empregados), nas manobras do câmbio (esse vai para a banca internacional). Ética é também da filosófica, mas existe algo de prático na essência. Sua falta inibe a presença de um princípio básico, a liberdade. A liberdade de empreender, de concorrer, de exportar e importar, de fazer, de vender, de comprar, de tornar o Brasil competitivo. Isso é o que a corrupção nega a um povo, a liberdade. Cabe à presidente decidir se quer tal servidão para si e para o País.

Seja um destaque onde quer que esteja.

**Pós-Graduação na Faculdade de Tecnologia SENAI.
A consolidação do seu sucesso profissional.**

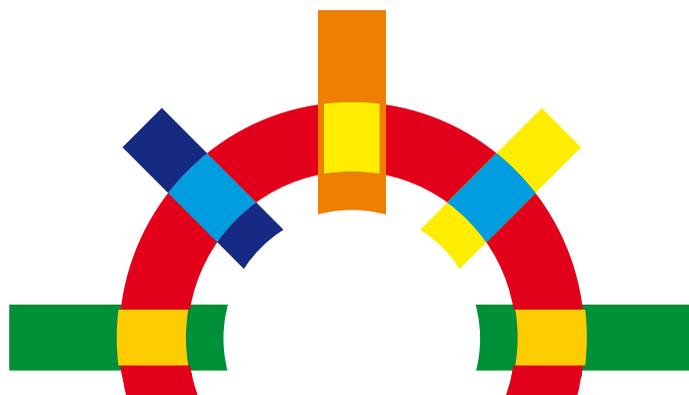


Gestão da Produção | Gestão da Responsabilidade Socioambiental | Gestão Empresarial
Gestão Industrial de Açúcar e Álcool | Comércio Exterior | Logística Empresarial
Segurança de Rede de Computadores | Tecnologia da Informação
Construção de Edificações | Gestão Ambiental | Engenharia de Segurança do Trabalho

www.senaigo.com.br/posgraduacao



Goiânia: 4002-6213
Demais localidades: 0800-642-1313



Polo Têxtil de Inhumas

Tecendo Oportunidades



Implementação

